LEIA TAMBÉM NA INTERNET

GazetadoParaná

gazetadoparana.com.br

Publicidade Legal

Edição 11.179 // Fechamento 13h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri

DOMINGO // 15.11.2026 // Cascavel-PR

www.gazetadoparana.com.br



AEN

Paraná: nota zero na avaliação sobre emendas

●O governo do Paraná recebeu nota zero no levantamento sobre a transparência das emendas parlamentares, segundo balanço divulgado pela imprensa. O estado está entre as seis unidades da federação que não apresentaram as informações exigidas sobre a utilização desses recursos. Ao todo, 12 dos 26 estados avaliados tiveram dados considerados incompletos. Além do Paraná, também receberam nota zero os governos do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Sergipe, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. O resultado faz parte da avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), que verifica a disponibilidade de informações nos portais oficiais dos órgãos públicos. A nota zero, porém, não significa que houve desvio de dinheiro ou irregularidade na aplicação das verbas. O indicador mede a capacidade de rastrear os recursos. A avaliação verifica se o portal permite identificar a origem do dinheiro, a modalidade da emenda, o número de identificação e os comprovantes do repasse. Público ● P.2

SESP admite resposta incompleta sobre a área de inteligência no Paraná

●Ouvidoria da Segurança Pública pediu mais prazo após receber **informações insuficientes da Diretoria de Inteligência Estratégica**

●O documento não identifica qual **servidor deveria prestar os esclarecimentos** nem informa uma data definitiva para a conclusão da resposta

●Em meio à repercussão das investigações envolvendo o ex-diretor de Inteligência da Controladoria-Geral do Estado (CGE), Mehdi Mouazen, a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP) deixou sem esclarecimento integral uma solicitação encaminhada à sua área de inteligência. Documento oficial obtido pela Gazeta do Paraná mostra que a própria Ouvidoria da pasta reconheceu a insuficiência da resposta apresentada pela Diretoria de Inteligência Estratégica (DIE) e solicitou a prorrogação do prazo para concluir o atendimento. O registro integra o protocolo nº 176427/2026, aberto no sistema SIGO, e revela dificuldades internas para atender à solicitação apresentada pelo advogado Jorge Augusto Derviche Casagrande. A manifestação da Ouvidoria, datada de 14 de outubro de 2026, é explícita ao justificar a necessidade de mais tempo: "Prorrogamos o prazo devido a resposta incompleta enviada pela DIE". A mesma manifestação destaca a ausência de informações sobre a responsabilidade pelo atendimento. Segundo o registro, faltava "resposta clara sobre qual servidor é o responsável e quando será enviada a resposta". A documentação foi consultada em 11 de novembro. Público ● P.3

DADOS

● **A legislação prevê ainda que a Ouvidoria solicite esclarecimentos** diretamente aos agentes públicos responsáveis, que devem responder em até 20 dias, também com possibilidade de uma única prorrogação justificada.

Maringá é alertada sobre licitação de publicidade



Divulgação

●A Prefeitura de Maringá foi advertida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) por estabelecer percentuais mínimos de honorários em uma licitação para contratação de serviços de publicidade sem apresentar justificativa técnica detalhada. O entendimento do Tribunal reforça que a administração pública não pode impor limites à formação de preços sem demonstrar, com dados e estudos específicos, a necessidade da medida. A decisão foi tomada após representação apresentada pela empresa Dupa Publicidade e Comunicação Ltda., que questionou as regras da Concorrência nº 4/2025. O edital estabeleceu percentuais mínimos e máximos para descontos e honorários, o que, segundo a empresa, poderia restringir a competitividade e comprometer a busca pela proposta mais vantajosa para o município. Para o Tribunal, editais de contratação de agências de publicidade devem prever, como regra, apenas percentuais máximos de honorários. Público ● P.3



Marcelo Machado de Melo

Domingo de Corrida do Milhão

●Após seis anos de ausência, a Corrida do Milhão retorna ao calendário da Stock Pro Series em 2026 e será disputada pela primeira vez no Autódromo Velopark, em Nova Santa Rita (RS). Válida pela 11ª e penúltima etapa da temporada, a corrida marcará a 13ª edição do evento, realizado pela última vez em 2020. Criada em 2008, a Corrida do Milhão ganhou destaque por oferecer uma das maiores premiações individuais do esporte nacional, entregando R$ 1 milhão ao primeiro colocado e tornando-se um dos principais objetivos perseguidos pelos principais pilotos e equipes do Brasil. Ao longo de sua trajetória, a Corrida do Milhão passou por quatro autódromos: Jacarepaguá, Interlagos, Goiânia e Curitiba. Interlagos recebeu sete das 12 edições anteriores, enquanto Goiânia sediou três. Jacarepaguá e Curitiba tiveram uma realização cada. O Velopark será o quinto circuito a integrar essa história. Existe a possibilidade de Felipe Fraga ser campeão antecipado neste fim de semana. Esportes ● P.6



Roslan Rahmana

Decepção
Seleção Brasileira perde do Japão em amistoso

A Seleção Brasileira perdeu por 3 a 2 para o Japão ontem, no Estádio Nacional de Singapura, em amistoso válido pela última Data Fifa de 2026. A equipe comandada por Carlo Ancelotti chegou a buscar o empate após sair perdendo por dois gols de diferença, com dois golaços de Vinicius Júnior, mas sofreu o terceiro gol nos acréscimos do segundo tempo. Esportes ● P.6

Ufologia
Nova estratégia pode facilitar contato com ETs

Pesquisadores do Instituto SETI estão utilizando conceitos da teoria dos jogos para investigar uma questão importante na busca por inteligência extraterrestre: em que momento uma civilização alienígena poderia tentar estabelecer comunicação com a Terra? A iniciativa visa identificar possíveis momentos em que civilizações distantes poderiam transmitir mensagens. Global ● P.11



Ovnihoje.com

Tecnologia
IA pode ajudar a responder desastres naturais

A IA e novas tecnologias podem ajudar a prever e a reagir a desastres naturais, cada vez mais frequentes no planeta. A afirmação é de cientistas de diversas partes do mundo e faz parte de uma carta de recomendações que será entregue aos líderes que participarão da reunião de cúpula do G20, grupo das principais economias do mundo, em dezembro, nos EUA. Global ● P.12

Público

Transparência Levantamento aponta falta de dados para rastrear recursos; governo afirma que as informações estão disponíveis no Portal da Transparência e discorda da avaliação do programa nacional

PR recebe nota zero em avaliação sobre emendas parlamentares

O governo do Paraná recebeu nota zero em transparência das emendas por não apresentar dados exigidos para rastrear os recursos públicos

GABRIEL PORTA
Cascavel

●O governo do Paraná recebeu nota zero no levantamento sobre a transparência das emendas parlamentares, segundo balanço divulgado pela imprensa. O estado está entre as seis unidades da federação que não apresentaram as informações exigidas sobre a utilização desses recursos. Ao todo, 12 dos 26 estados avaliados tiveram dados considerados incompletos.

Além do Paraná, também receberam nota zero os governos do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Sergipe, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. O resultado faz parte da avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), que verifica a disponibilidade de informações nos portais oficiais dos órgãos públicos.

A nota zero, porém, não significa que houve desvio de dinheiro ou irregularidade na aplicação das verbas. O indicador mede a capacidade de rastrear os recursos. A avaliação verifica se o portal permite identificar a origem do dinheiro, a modalidade da emenda, o número de identificação e os comprovantes do repasse. "Se alguém recebeu zero, é porque algum desses requisitos ele não cumpriu", afirmou o secretário do programa, Volmar Bucco Junior, em entrevista à Rádio Encontro FM.

Na prática, a ausência dessas informações dificulta o acompanhamento do caminho percorrido pelo dinheiro público e a fiscalização sobre a destinação dos recursos. O levantamento aponta uma falha na transparência, mas não conclui que os valores tenham sido utilizados de forma irregular.

Diferença entre órgãos do Paraná

O contraste entre os resultados dos órgãos estaduais é um dos principais pontos do levantamento. Enquanto o Executivo recebeu nota zero no indicador de rastreabilidade das emendas, outros poderes e instituições do Paraná alcançaram índices elevados na avaliação geral de transparência. Entre os seis órgãos estaduais avaliados, a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) atingiu 100% dos critérios e recebeu o Selo Diamante pelo terceiro ano consecutivo. O resultado considera 132 critérios e 512 itens atendidos.

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) alcançou 99,3%, a Defensoria Pública do Estado (DPE-PR) ficou com 98,1% e o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) registrou 97,3%. Os três também receberam o Selo Diamante. Já o Ministério Público do Paraná (MPPR) atingiu 87,2%.

Selo Diamante

A avaliação também apontou dificuldades do Executivo estadual em outros critérios de transparência. Na divulgação das diárias, valores pagos a servidores para cobrir despesas durante viagens a serviço, o governo atendeu a 44% dos requisitos avaliados. Em 2026, o Executivo perdeu o Selo Diamante pela primeira vez desde o início da série histórica, em 2022. Naquele ano, o governo havia registrado 98,51%. O índice caiu para 98,31% em 2023 e 97,91% em 2024. Em 2025, chegou a 100%.

Em nota, o governo do Paraná afirmou que discorda da avaliação e que as informações solicitadas pelo levantamento estão disponíveis no Portal da Transparência do Estado.


Paraná recebe nota zero em transparência de emendas parlamentares Divulgação

Fiscalização das emendas

As emendas parlamentares são recursos previstos no orçamento público cuja destinação é indicada por deputados e senadores. Elas podem financiar obras, compra de equipamentos e prestação de serviços em estados e municípios. Para que a população consiga acompanhar a aplicação do dinheiro, os portais públicos precisam apresentar informações que permitam identificar de onde veio o recurso, quem indicou a verba, qual é o valor previsto e quanto foi efetivamente repassado. Também é importante informar a finalidade do dinheiro e a forma como a transferência foi realizada.

Esses dados permitem acompanhar diferentes etapas da aplicação dos recursos, desde a indicação da emenda até o pagamento e a execução do objeto previsto. Sem esse detalhamento, o cidadão encontra mais dificuldades para verificar se o dinheiro chegou ao órgão ou município indicado e qual finalidade recebeu o investimento.

O governo federal também mantém uma área específica no Portal da Transparência para consulta de emendas parlamentares de origem federal. A ferramenta permite pesquisar valores destinados a estados, municípios e instituições, além de consultar informações sobre os beneficiários e os pagamentos. Esse tipo de consulta complementa a transparência dos governos locais, mas não substitui a obrigação de cada órgão de divulgar as informações sob sua responsabilidade.

Panorama nacional e estadual

A avaliação do PNTP também analisou o conjunto dos portais públicos do Paraná. Foram 861 páginas de prefeituras, câmaras municipais e outros órgãos avaliadas no estado. O índice médio de transparência avançou em relação a 2025. Apesar disso, o número de portais que receberam certificações Diamante, Ouro ou Prata caiu de 374 para 246. Em todo o país, o programa avaliou mais de 10 mil portais e certificou aproximadamente um quarto deles. Para receber uma das certificações, o órgão precisa atender a pelo menos 75% dos requisitos estabelecidos pelo programa.

EMENDAS PARLAMENTARES

Estados com nota zero

●Seis governos estaduais não apresentaram os dados exigidos para o rastreamento das emendas parlamentares:

Paraná	Sergipe
Rio Grande do Norte	Rio de Janeiro
Paraíba	Rio Grande do Sul

TCE-PR dá quinze dias para Antonina explicar contrato de exames laboratoriais

Tribunal vai apurar mudança de R$ 105 mil na proposta vencedora e possível cobrança por acionamentos emergenciais; contrato de R$ 762 mil continua em vigor até a conclusão da análise no município

Gabriel Porta
Cascavel

●O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) deu 15 dias para a Prefeitura de Antonina explicar uma contratação emergencial de exames laboratoriais para a rede pública de saúde. O contrato, de R$ 762.434,96 e prazo de seis meses, é questionado por causa da mudança no valor da proposta vencedora e da possível previsão de pagamentos adicionais por acionamentos emergenciais. O Tribunal negou o pedido para suspender o contrato, que continua em vigor enquanto os pontos são analisados.

A representação foi apresentada por Lucas de Barros Peluso. Segundo ele, a proposta registrada inicialmente na plataforma eletrônica era de R$ 657.008,96. Depois de diligências feitas pela administração municipal, o valor foi readequado para R$ 762.434,96, uma diferença de R$ 105.426.

A mudança veio do aumento da parcela destinada aos exames laboratoriais e da redução do preço unitário das rotas de transporte, de R$ 91,20 para R$ 10. O representante questiona se a administração poderia alterar a composição da proposta depois da fase competitiva e se o novo valor respeitou as regras do procedimento.

O contrato prevê exames laboratoriais para a rede pública, incluindo o processamento de amostras hospitalares durante 24 horas, o transporte por rotas programadas, um sistema de resultados e o fornecimento de testes rápidos de troponina, usados para ajudar a identificar problemas no coração.

Mudança na proposta

Ao analisar a representação, o relator, conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, considerou que a alteração do valor precisa ser esclarecida pela Prefeitura. O despacho aponta que a mudança pode estar ligada à forma de pagamento dos exames pela Tabela SIGTAP, a tabela de valores de procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS), ou a um possível erro no preenchimento da proposta. Os documentos apresentados, porém, não permitiram identificar com segurança a justificativa para a readequação.

Por isso, o Município deverá explicar quais parcelas da contratação permitiam descontos e quais estavam ligadas aos valores da tabela do SUS. Também terá de apresentar os motivos da alteração e demonstrar por que a nova composição foi considerada compatível com as regras do procedimento e economicamente viável.

A representação também questiona a redução do preço das rotas para R$ 10. Segundo o representante, estão previstas cinco retiradas diárias de amostras, inclusive em fins de semana e feriados. O TCE-PR, no entanto, não aceitou esse ponto como questionamento independente. A viabilidade do preço será analisada dentro da apuração sobre a alteração da proposta vencedora.

Pagamentos

O Tribunal também decidiu analisar a diferença entre o Termo de Referência, documento que descreve o que a Prefeitura quer contratar e como, e o contrato sobre os pagamentos por acionamentos emergenciais. De acordo com o despacho, o Termo de Referência retificado afasta o pagamento separado por acionamentos emergenciais, plantão, disponibilidade ou prontidão. O contrato, por sua vez, traz referências à inclusão desses acionamentos nas medições.


Reprodução/Redes sociais

Para o relator, os documentos não permitem saber se há previsão de pagamento específico por esses serviços ou se a divergência é só um problema de redação, sem efeito financeiro.

A Prefeitura deverá informar se o contrato permite esse tipo de cobrança e se houve pagamentos dessa natureza. Se não houver remuneração específica, o Município terá de explicar como interpreta as cláusulas e de que forma considera esses serviços nas medições.

O que o TCE-PR decidiu

O relator recebeu parcialmente a representação, isto é, mandou analisar dois pontos: a alteração da proposta vencedora depois da fase competitiva e a divergência entre o Termo de Referência e o contrato sobre os pagamentos por acionamentos emergenciais.

Outros questionamentos não foram aceitos como apurações independentes. Entre eles estão as dúvidas sobre a capacidade técnica, sanitária e operacional da empresa, o fluxo de coleta e transporte das amostras, a fiscalização dos serviços, a formação do valor dos exames e os motivos da contratação emergencial. Segundo o Tribunal, os documentos apresentados não trouxeram elementos concretos suficientes para sustentar uma apuração específica. Sobre a capacidade da empresa, por exemplo, o relator disse que a falta de informações completas na representação não permite concluir que as exigências técnicas e sanitárias deixaram de ser comprovadas durante a contratação.

O não recebimento desses pontos não significa que o TCE-PR tenha declarado o contrato totalmente regular. O despacho prevê reavaliar questões caso a Prefeitura apresente fatos novos, concretos e relevantes.

Contrato não será suspenso

O representante também pediu a suspensão da contratação. O relator negou a medida cautelar por não identificar risco concreto e imediato que justificasse interromper os serviços. Segundo o despacho, não havia demonstração de pagamentos indevidos por acionamentos emergenciais, de dano financeiro atual ou iminente, de incapacidade da empresa ou de comprometimento da prestação dos exames.

O Tribunal também considerou que suspender o contrato poderia prejudicar um serviço essencial à população. Com isso, a contratação segue enquanto os questionamentos são analisados. A decisão não é uma declaração de que o contrato está regular: os pontos aceitos ainda dependem de esclarecimentos e poderão ser examinados durante o processo.

Secretaria de Segurança Pública Ouvidoria da Segurança Pública pediu mais prazo após receber informações insuficientes da Diretoria de Inteligência Estratégica. Mehdi Mouazen é o pivô da situação

SESP admite resposta incompleta sobre pedido à área de inteligência

O documento não esclarece quando o atendimento será concluído e cobra prazo definitivo

DA REDAÇÃO
Cascavel



Edifício Baracat, em Curitiba, onde funciona a Diretoria de Inteligência e Informações Estratégicas da CGE Reprodução

●Em meio à repercussão das investigações envolvendo o ex-diretor de Inteligência da Controladoria-Geral do Estado (CGE), Mehdi Mouazen, a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP) deixou sem esclarecimento integral uma solicitação encaminhada à sua área de inteligência. Documento oficial obtido pela Gazeta do Paraná mostra que a própria Ouvidoria da pasta reconheceu a insuficiência da resposta apresentada pela Diretoria de Inteligência Estratégica (DIE) e solicitou a prorrogação do prazo para concluir o atendimento.

O registro integra o protocolo nº 176427/2026, aberto no sistema SIGO, e revela dificuldades internas para atender à solicitação apresentada pelo advogado Jorge Augusto Derviche Casagrande. A manifestação da Ouvidoria, datada de 14 de outubro de 2026, é explícita ao justificar a necessidade de mais tempo: "Prorrogamos o prazo devido a resposta incompleta enviada pela DIE".

A mesma manifestação destaca a ausência de informações sobre a responsabilidade pelo atendimento. Segundo o registro, faltava "resposta clara sobre qual servidor é o responsável e quando será enviada a resposta".

A documentação foi consultada em 11 de novembro e não apresenta, até essa data, uma resposta conclusiva ao requerimento.

Resposta incompleta

O histórico do atendimento mostra que a solicitação foi registrada em setembro. Em 24 de setembro, a Ouvidoria informou ao advogado que a manifestação seria encaminhada ao setor competente para análise e resposta. Três semanas depois, em 14 de outubro, a situação ainda não estava resolvida. A Ouvidoria registrou que a Diretoria de Inteligência Estratégica havia encaminhado informações insuficientes e solicitou a prorrogação do prazo para encerrar o atendimento.

O órgão também citou expressamente o artigo 16 da Lei Federal nº 13.460/2017, que estabelece prazo de 30 dias para a resposta administrativa final ao usuário, com possibilidade de uma única prorrogação justificada por igual período.

A legislação prevê ainda que a Ouvidoria solicite esclarecimentos diretamente aos agentes públicos responsáveis, que devem responder em até 20 dias, também com possibilidade de uma única prorrogação justificada.

O documento não identifica qual servidor deveria prestar os esclarecimentos nem informa uma data definitiva para a conclusão da resposta.

Contrato milionário

A pendência administrativa ganha relevância diante de outra descoberta da Gazeta do Paraná. Documentos reunidos em procedimento do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) revelaram que a Secretaria da Segurança Pública contratou, em dezembro de 2019, uma solução de inteligência policial fornecida pela empresa Suntech S.A., pelo valor de R$ 6,2 milhões.

O contrato nº 1025/2019, firmado mediante inexigibilidade de licitação, envolveu a tecnologia GI2S-ACE/EPIC, descrita como capaz de detectar e localizar dispositivos móveis, realizar bloqueios seletivos e executar procedimentos de extração remota de conteúdos.

O valor contratado foi integralmente pago em janeiro de 2021. A documentação examinada pela reportagem também indicou que o contrato não havia sido objeto de auditoria específica pelas inspetorias do TCE-PR consultadas no procedimento nº 572630/26.

A existência de um equipamento com essas capacidades torna especialmente importantes os controles sobre sua guarda, sua operação e as autorizações necessárias para utilizá-lo.

Entretanto, o histórico disponível do protocolo nº 176427/2026 não reproduz o conteúdo integral da solicitação encaminhada à SESP. Por isso, não é possível afirmar, apenas com esse registro, que a resposta incompleta da Diretoria de Inteligência Estratégica tratava especificamente do equipamento adquirido da Suntech. O que o documento comprova é que a própria Ouvidoria identificou falhas na resposta de sua área de inteligência e reconheceu a necessidade de novos esclarecimentos.

Inteligência

A situação ocorre em um momento de questionamentos sobre o funcionamento das estruturas de inteligência do governo estadual. Mehdi Mouazen, marroquino naturalizado brasileiro, comandou a Diretoria de Inteligência e Informações Estratégicas da CGE entre agosto de 2023 e março de 2024. O ex-diretor voltou ao noticiário após ser apontado como um dos suspeitos em investigação policial relacionada a ataques publicados por um perfil anônimo contra integrantes do primeiro escalão do governo Ratinho Junior.

O caso também trouxe relatos de supostas pressões para interromper a apuração, circunstâncias que dependem de esclarecimento pelas autoridades competentes. Em 2023, Mouazen já havia sido mencionado em questionamentos sobre o acesso a sistemas policiais e a possível utilização de tecnologias de monitoramento. Uma sindicância da CGE examinou essas suspeitas, mas o procedimento encaminhado ao Ministério Público foi arquivado diante da ausência de elementos suficientes para comprovar irregularidades. Não há, na documentação analisada pela Gazeta, comprovação de que Mouazen tenha utilizado o equipamento contratado pela SESP em 2019 ou participado de sua aquisição.

Transparência pendente

O episódio registrado pela Ouvidoria evidencia uma dificuldade concreta de prestação de informações dentro da Secretaria da Segurança Pública. Mesmo depois de encaminhada ao setor especializado, a solicitação não recebeu, no prazo inicialmente considerado, uma resposta suficiente para permitir o encerramento do atendimento.

A ausência de uma resposta conclusiva no histórico consultado não comprova ocultação deliberada de informações. Demonstra, porém, que a própria administração reconheceu a insuficiência dos esclarecimentos prestados.

Em um cenário de investigações sobre possíveis abusos e uso indevido de estruturas de inteligência, a transparência sobre competências, responsabilidades e procedimentos de controle ganha importância ainda maior.

A questão que permanece é por que a Diretoria de Inteligência Estratégica não conseguiu apresentar uma resposta completa à solicitação encaminhada pela Ouvidoria e quando a Secretaria da Segurança Pública concluirá o atendimento.

SEGURANÇA PÚBLICA

O que mostra o protocolo

- **Setembro de 2026:** solicitação é registrada no sistema SIGO
- **24 de setembro:** Ouvidoria informa que o pedido será encaminhado ao setor competente
- **14 de outubro:** órgão reconhece que a resposta da DIE foi incompleta e pede prorrogação do prazo
- **11 de novembro:** consulta da reportagem ainda não apresenta resposta conclusiva

TCE-PR alerta o município de Maringá sobre restrição em licitação de publicidade

Tribunal identificou falta de fundamentação para exigir honorários mínimos de agências; decisão acende alerta sobre regras que podem limitar a concorrência e comprometer a escolha da proposta mais vantajosa

Da Redação
Cascavel

●A Prefeitura de Maringá foi advertida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) por estabelecer percentuais mínimos de honorários em uma licitação para contratação de serviços de publicidade sem apresentar justificativa técnica detalhada. O entendimento do Tribunal reforça que a administração pública não pode impor limites à formação de preços sem demonstrar, com dados e estudos específicos, a necessidade da medida.

A decisão foi tomada após representação apresentada pela empresa Dupa Publicidade e Comunicação Ltda., que questionou as regras da Concorrência nº 4/2025. O edital estabeleceu percentuais mínimos e máximos para descontos e honorários, o que, segundo a empresa, poderia restringir a competitividade e comprometer a busca pela proposta mais vantajosa para o município.

O TCE-PR julgou a representação parcialmente procedente e expediu duas recomendações à Prefeitura. Para o Tribunal, editais de contratação de agências de publicidade devem prever, como regra, apenas percentuais máximos de honorários. A adoção de percentuais mínimos depende de comprovação técnica específica, contextualizada e devidamente documentada.

Durante a análise, o relator do processo, conselheiro Maurício Requião, considerou que a justificativa apresentada pela Prefeitura era juridicamente plausível, mas genérica. O município alegou que os percentuais mínimos serviriam para evitar propostas inexequíveis e garantir a qualidade e a continuidade dos serviços.

A administração também citou normas do mercado publicitário e a tabela referencial de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Paraná (Sinapro-PR) como respaldo para a definição dos limites. No entanto, segundo o relator, não foram apresentados elementos concretos que demonstrassem a necessidade de impor honorários mínimos naquele contrato. O Termo de Referência original, inclusive, não previa essa exigência.

O entendimento do TCE-PR é que restrições à livre formação de preços precisam estar amparadas em dados técnicos, histórico de contratos ou estudos específicos

O entendimento do TCE-PR é que restrições à livre formação de preços precisam estar amparadas em dados técnicos, histórico de contratos ou estudos específicos. Sem essa fundamentação, a exigência pode representar uma barreira indevida à concorrência.

A Prefeitura argumentou que a regra não prejudicou a competitividade, uma vez que 18 empresas participaram da licitação. Também sustentou que os limites não configuravam tabelamento de preços, mas um mecanismo para evitar propostas consideradas inviáveis. O Tribunal, porém, ressaltou que a participação de vários concorrentes não elimina a obrigação de justificar adequadamente as exigências do edital. Mesmo sem comprovação de prejuízo efetivo à disputa, a legalidade da motivação administrativa continua sujeita ao controle externo. A representação foi julgada parcialmente procedente, mas o TCE-PR não determinou a anulação da licitação, que já havia sido homologada. O Tribunal recomendou que Maringá não estabeleça percentuais mínimos de honorários em futuras licitações de publicidade sem apresentar justificativa técnica adequada e comprovada.

O caso serve de alerta para outras administrações municipais: regras que limitam a formação de preços em licitações precisam ter justificativa concreta. A simples alegação de que a medida protege a qualidade do serviço ou evita propostas inexequíveis não substitui a obrigação de demonstrar tecnicamente sua necessidade.



Maringá é advertida por impor honorários mínimos em licitação Divulgação

EXPLORE TODO O POTENCIAL
DA SUA EMPRESA
NA TORRE BUSINESS

AMEXCON



MEIO PAVIMENTO



OFFICE ¼ DE ANDAR



OFFICE MODULAR

ISTO É
SQUARE
LIFE CENTER

Conheça o empreendimento
completo:
squarelifecenter.com.br

Av. Toledo, 355
Centro, Cascavel/PR

SR CONSTRUTORA DESDE • 1997
IGUASSU ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
VASTO Engenharia

Fale com seu corretor.

PÓS FAG

Programa de
PÓS-GRADUAÇÃO
LATO SENSU



Conheça os cursos
fag.edu.br/pos

PROGRAMA GLOBAL CONNECTION

@centrofag

CENTRO UNIVERSITÁRIO

Stock Car Em uma temporada até aqui impecável, Felipe Fraga é líder isolado e é o único com chances de conquistar o título neste domingo

Stock pode ter campeão antecipado no Velopark

Após seis anos de ausência, a Corrida do Milhão retorna ao calendário da Stock Pro Series em 2026 e será disputada pela primeira vez no Autódromo Velopark



Felipe Fraga lidera o campeonato Magnus Torquato

DA REDAÇÃO
Com assessoria

● A Stock Pro Series chega à sua 11ª e penúltima etapa da temporada de 2026 neste fim de semana, no Autódromo Velopark, em Nova Santa Rita (RS). A programação terá como grande atração a Corrida do Milhão, prova principal que será disputada neste domingo (15) e concederá R$ 1 milhão ao piloto vencedor. O evento também poderá definir antecipadamente o campeonato: líder da classificação após dez etapas, Felipe Fraga é o único entre os sete candidatos ao título que tem chances de conquistar o título já no Velopark.

O piloto da equipe Eurofarma RC vem tendo uma temporada impecável, que inclui a conquista do Capacete de Ouro, o Oscar do automobilismo brasileiro, que lhe foi concedido por uma bancada formada por jornalistas especializados e técnicos da área. Felipe lidera o campeonato desde a primeira etapa e no momento soma 884 pontos, condição que lhe dá uma vantagem de 125 em relação ao vice-líder Gabriel Casagrande, que acumula 759. Guilherme Salas aparece na terceira posição (743), seguido por Gaetano Di Mauro (721), Rafael Suzuki (674), Enzo Elias (647) e Sérgio Sette Câmara (641). Os sete pilotos ainda possuem chances matemáticas de conquistar o campeonato, mas apenas Fraga poderá assegurar o título antecipadamente no Velopark.

O regulamento, no entanto, determina o descarte dos dois piores resultados logo após a penúltima etapa – justamente a que será realizada neste final de semana. Dependendo dos resultados deste fim de semana, a Stock Car poderá ou não já ter seu campeão. Há uma variedade de resultados possíveis, mas, para conquistar antecipadamente o campeonato, Felipe Fraga precisará encerrar a etapa do Velopark com uma vantagem de pelo menos 138 pontos sobre seus adversários, já considerados os dois descartes regulamentares. Isso porque a última etapa, marcada para dezembro, em Interlagos, distribuirá no máximo 137 pontos – ou seja, 80 pela vitória na Corrida do Milhão, 55 pela vitória na corrida estilo sprint e dois pela conquista da pole position.

NÚMERO

3

Thiago Camilo é **o piloto que mais venceu a Corrida do Milhão**, com três conquistas (2011, 2012 e 2015)

Embora Fraga seja o único que poderá conquistar o título antecipadamente no Velopark, outros seis competidores ainda possuem possibilidades matemáticas de terminar a temporada na liderança do campeonato. Além de Casagrande, Salas e Di Mauro, que aparecem mais próximos do primeiro colocado, Rafael Suzuki, Enzo Elias e Sérgio Sette Câmara seguem na disputa. Para esse segundo grupo, entretanto, a possibilidade de título depende de uma combinação mais ampla de resultados, incluindo uma redução expressiva da vantagem de Fraga nas duas últimas etapas.

Corrida do Milhão

Uma das provas mais tradicionais do automobilismo brasileiro está de volta. Após seis anos de ausência, a Corrida do Milhão retorna ao calendário da Stock Pro Series em 2026 e será disputada pela primeira vez no Autódromo Velopark, em Nova Santa Rita (RS). Válida pela 11ª e penúltima etapa da temporada, a corrida marcará a 13ª edição do evento, realizado pela última vez em 2020. Criada em 2008, a Corrida do Milhão ganhou destaque por oferecer uma das maiores premiações individuais do esporte nacional, entregando R$ 1 milhão ao primeiro colocado e tornando-se um dos principais objetivos perseguidos pelos principais pilotos e equipes do Brasil.

Ao longo de sua trajetória, a Corrida do Milhão passou por quatro autódromos: Jacarepaguá, Interlagos, Goiânia e Curitiba. Interlagos recebeu sete das 12 edições anteriores, enquanto Goiânia sediou três. Jacarepaguá e Curitiba tiveram uma realização cada. O Velopark será o quinto circuito a integrar essa história.

Técnico diz que Marta está nos planos para a Copa do Mundo

Treinador da Seleção feminina, Arthur Elias, pretende contar com a camisa 10 no Mundial, que será no Brasil

Gazeta Esportiva
São Paulo

● A Seleção Brasileira de futebol feminino conta "totalmente" com a estrela Marta para a Copa do Mundo de 2027, que será realizada em casa, declarou o técnico Arthur Elias, embora não tenha convocado a jogadora de 40 anos para os próximos amistosos. Eleita seis vezes a melhor jogadora do mundo, a camisa 10 mira sua sétima participação em uma Copa do Mundo pelo Brasil, torneio que acontecerá de 24 de junho a 25 de julho em solo brasileiro.

Marta não atua pela Seleção desde junho, quando entrou em campo por dez minutos na derrota por 1 a 0 em um amistoso contra os Estados Unidos. "Marta está totalmente nos planos para estar na Copa do Mundo", afirmou Arthur Elias em entrevista coletiva, durante o anúncio, da lista de convocadas para os confrontos contra o Japão nos dias 29 de novembro e 5 de dezembro. "Isso vai depender, assim como com todas as jogadoras, de como vai estar no momento da lista final, em maio do ano que vem", acrescentou o treinador.

Arthur Elias disse que acompanha a situação de Marta em contato com seu clube americano, o Orlando Pride, "para que ela possa preparar a temporada da melhor forma possível e jogar em altíssimo nível no ano que vem, que é o que todos desejamos".

A 'Rainha' disputou sua última partida oficial pelo Brasil em agosto de 2025, marcando dois gols decisivos na vitória na final da Copa América contra a Colômbia (4 a 4, 5 a 4 nos pênaltis). Finalista da Copa do Mundo em 2007, ela detém o recorde de gols do torneio, com 17 tentos. Nos Jogos Olímpicos, Marta conquistou três medalhas de prata: em 2004, 2008 e 2024.

NÚMERO

26

Arthur Elias chamou 26 jogadoras para os **amistosos contra o Japão**


Será que Marta estará na Copa de 2027? Lívia Villas Boas/CBF

O sorteio da fase de grupos da Copa do Mundo de 2027 acontecerá no dia 11 de dezembro, no Rio.

Convocação

Arthur Elias anunciou a lista de convocadas da Seleção Brasileira feminina para as últimas partidas do ano. O Brasil terá pela frente dois confrontos contra a seleção do Japão: no dia 29 de novembro, no Edion Peace Wing, em Hiroshima, e no dia 5 de dezembro, no JFE Harenokuni Stadium, em Okayama.

Entre os times paulistas, apenas o Santos não teve atletas convocadas para os duelos. Bia Zaneratto, Raissa Bahia e Natascha, do Palmeiras, foram convocadas. Pelo Corinthians, Duda Sampaio, Lelê e Thaís Ferreira foram chamadas, enquanto Tayla, que defende o São Paulo, também está presente na lista. Kaylane, Gisele e Marília, de Flamengo, Grêmio e Cruzeiro, respectivamente, também estão entre os nomes selecionados.

A seleção japonesa, junto com os Estados Unidos, é o adversário mais frequente do técnico Arthur Elias. Contra as japonesas, foram seis jogos disputados, com o retrospecto positivo de três vitórias, um empate e duas derrotas. Será a primeira vez que Arthur comandará a Seleção em solo japonês. Anteriormente, o treinador havia enfrentado o Japão em quatro amistosos no Brasil, um nos Estados Unidos e um nos Jogos Olímpicos de Paris.

Seleção Brasileira perde do Japão em amistoso

Gazeta Esportiva

● A Seleção Brasileira perdeu por 3 a 2 para o Japão ontem, no Estádio Nacional de Singapura, em amistoso válido pela última Data Fifa de 2026. A equipe comandada por Carlo Ancelotti chegou a buscar o empate após sair perdendo por dois gols de diferença, mas sofreu o terceiro gol no fim do jogo. Takefusa Kubo e Keito Nakamura abriram vantagem para os japoneses na primeira etapa. Vini Jr. descontou antes do intervalo e voltou a marcar no segundo tempo. Quando o empate parecia definido, Takumi Sakamoto aproveitou um contra-ataque e garantiu a vitória japonesa, em um gol polêmico. O Brasil encerra seu calendário de 2026 na próxima terça-feira (17), contra Singapura, às 7 horas (de Brasília), novamente no Estádio Nacional de Singapura.

O Brasil começou buscando espaços no ataque e criou sua primeira oportunidade aos seis minutos. Apesar da chegada brasileira, foi o Japão quem abriu o placar. Aos 14 minutos, Ritsu Doan acionou Kubo, que avançou com liberdade, invadiu a área e bateu no canto esquerdo de Pedro Morisco. Shuto Nakano cruzou para Nakamura, que dominou dentro da área e finalizou no canto direito do goleiro para ampliar a vantagem. A reação começou aos 32 minutos. Estêvão recebeu pela direita, entrou na área e finalizou para a defesa de Suzuki. No rebote, Vinicius Júnior ficou com a bola e acertou um chute de fora da área.


O Brasil perdeu para o Japão Roslan Rahmana

Aos 29 minutos, o Brasil chegou ao empate com mais um golaço de Vinicius Júnior. Bruno Guimarães cobrou escanteio curto para o camisa 7, que recebeu pela esquerda, cortou para o meio e finalizou de fora da área. A bola bateu nas duas traves antes de entrar. Já nos acréscimos, o Japão aproveitou um erro brasileiro para definir o resultado. Minamino desarmou João Gomes e iniciou o contra-ataque. Sano avançou pela direita e cruzou para a área. Ogawa não conseguiu finalizar, mas Sakamoto apareceu na sobra e mandou para as redes, garantindo a vitória japonesa por 3 a 2.


Mateus Meneses/PRC

COPA PARANÁ

Furacão e Paraná Clube fazem a grande final

● A Copa Paraná é a segunda competição mais importante do futebol paranaense. Esse ano, a competição teve um atrativo a mais irá premiar o campeão com uma vaga na Copa do Brasil ou na Copa Sul-Sudeste. E a decisão colocará frente a frente dois rivais de Curitiba. Athletico-PR e Paraná Clube fazem o jogo de ida da grande decisão nesta segunda-feira (16), às 20 horas, na Arena Baixada. Dono da melhor campanha, o Paraná Clube terá o privilégio de fazer o jogo de volta diante de sua torcida no próximo sábado (21), na Vila Capanema. No caso do Furacão, o clube atuou na Copa Paraná com um time alternativo e já tem vaga na Copa do Brasil de 2027 por ser um time da elite nacional. Nesse caso, é a chance de oferecer mais uma competição para a equipe alternativa sendo campeão e disputando a Copa Sul-Sudeste. O Paraná Clube, que retornou para a primeira divisão estadual, caso seja campeão poderá optar pela Copa do Brasil ou pela Copa Sul-Sudeste. Mas a equipe comandada por Tcheco quer, sobretudo, retomar o protagonismo no Estado, voltando a levantar uma taça. Athletico e Paraná Clube vão voltar a disputar uma final depois de 24 anos. A última vez que duelaram por uma taça foi no Supercampeonato Paranaense de 2002. O jogo desta segunda-feira não é exatamente uma reedição da final de 2002, isso porque o Athletico usa o time de Aspirantes na competição e vai a campo com meninos da base. No Supercampeonato Paranaense, o elenco do Furacão tinha nomes como Alex Mineiro, Kléber Pereira e o goleiro Flávio Pantera. Em 2002, o Tricolor estava na Série A do Brasileirão, jogou a Copa do Brasil e a Sul-Minas.


Cesar Greco

HISTÓRICO VENCEDOR

Abel Ferreira chega à 13ª final pelo Palmeiras

● Abel Ferreira alcançou mais uma marca expressiva à frente do Palmeiras. Com a classificação para a final da Copa do Brasil no último domingo, o treinador português chegou à sua 13ª final no comando alviverde e mantém viva a possibilidade de alcançar um feito inédito desde que assumiu a equipe: terminar uma temporada com quatro títulos. Campeão do Campeonato Paulista no primeiro semestre, Abel segue na disputa pelas três competições restantes do ano. O Palmeiras enfrentará o Grêmio na decisão da Copa do Brasil, medirá forças com o Estudiantes na final da Libertadores e ainda está na luta pelo Campeonato Brasileiro. Caso conquiste os três torneios restantes, o Verdão encerrará a temporada com quatro taças sob o comando do português pela primeira vez. Abel Ferreira é o treinador mais campeão pelo Palmeiras, com 11 títulos conquistados. São quatro Paulistas (2022, 2023, 2024 e 2026), duas Libertadores (2020 e 2021), dois Brasileiros (2022 e 2023), uma Copa do Brasil (2020), uma Supercopa (2023) e uma Recopa Sul-Americana (2022). Além do feito inédito, o treinador também tem a oportunidade de conquistar sua primeira tríplice coroa, e vencer a Libertadores e ao menos um dos torneios nacionais, o Brasileirão ou a Copa do Brasil. Com isso, repetiria um feito alcançado pelo clube pela última vez na temporada de 2020. Naquele ano, o Verdão terminou a temporada conquistado Paulista, a Copa do Brasil e a Libertadores. Contudo, Abel esteve à frente da equipe apenas nos dois últimos torneios. No Estadual, o Palmeiras foi comandado por Vanderlei Luxemburgo, que deixou o clube antes da chegada de Abel Ferreira. No Brasileirão, o Palmeiras ocupa a vice-liderança com 73 pontos, três a menos que o líder Flamengo. As equipes ainda se enfrentam em conquistado. O confronto direto entre os clubes está marcado para o dia 21 de novembro. Antes disso, porém, o Verdão recebe o Cruzeiro no primeiro jogo após a data Fifa.

Publicidade Legal

SISMUVEL
Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos do Município de Cascavel / PR

Cascavel - Pr, 14 de novembro de 2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO n.º 09/2026
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Presidente do Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos Municipais de Cascavel – SISMUVEL, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 22, 23, alínea "a", e 37 do Estatuto Social, convoca todos os associados do SISMUVEL com direito a voto para a Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para fins de reforma estatutária, a ser realizada na Sede administrativa do SISMUVEL, sito Rua Martin Afonso de Souza, 142, Pacaembu, Cascavel - PR, 85816-560, em **primeira convocação no dia 18 de novembro de 2026, às 18h15**, e, não havendo quórum, em **segunda convocação no dia 28 de novembro de 2026, às 10h00**.

PAUTA:

1. **Deliberar sobre a proposta da 5ª Alteração Estatutária do Estatuto Social do SISMUVEL, cuja íntegra encontra-se disponível para consulta nos canais oficiais do SISMUVEL.**

A deliberação ocorrerá artigo por artigo, sendo cada artigo da proposta apreciado e votado individualmente.

Nos termos do art. 37 c/c o art. 30 do Estatuto Social, em primeira convocação a Assembleia somente poderá deliberar com a presença da maioria absoluta dos associados com direito a voto. Não sendo obtido esse quórum, a matéria será deliberada em segunda convocação, com qualquer número de associados com direito a voto presentes, após o transcurso de dez dias da primeira convocação, e a decisão somente terá validade se adotada pelo mínimo de 2/3 (dois terços) dos presentes, em escrutínio secreto. Conforme o art. 25 do Estatuto, a Assembleia tratará exclusivamente do assunto para o qual foi convocada.

A participação de todos os associados é de extrema importância.

Ivanilda de Fátima Brandão
Presidente do Sismuvel

Rua Martin Afonso de Souza, 142, Jd. Gramado, Cascavel – PR
Telefone (45) 3223-7247

SISMUVEL
Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos do Município de Cascavel / PR

Cascavel - Pr, 14 de novembro de 2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO n.º 10/2026
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Presidente do Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos Municipais de Cascavel – SISMUVEL, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 22, 23, alínea "a", e 26, inciso I, do Estatuto Social, convoca todos os associados do SISMUVEL para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia **18 de novembro de 2026**, na Sede administrativa do SISMUVEL, sito Rua Martin Afonso de Souza, 142, Pacaembu, Cascavel - PR, 85816-560, com **primeira chamada às 19h00 e segunda chamada às 19h30**.

PAUTA:

1. **Deliberar sobre a aprovação da previsão orçamentária do SISMUVEL para o exercício de 2027, contendo a discriminação da receita e da despesa, bem como do plano anual de ações e atividades, nos termos do art. 26, inciso I, do Estatuto Social.**
2. Assuntos Gerais.

A participação de todos os associados é de extrema importância.

Ivanilda de Fátima Brandão
Presidente do Sismuvel

Rua Martin Afonso de Souza, 142, Jd. Gramado, Cascavel – PR
Telefone (45) 3223-7247







HORÓSCOPO

Áries (21/03 - 20/04)
Mesmo no domingo, um assunto profissional poderá ocupar seus pensamentos, resolva o essencial e libere a agenda. Um acerto financeiro com o par ou com a família trará mais segurança. Se o trabalho invadir o tempo a dois, aposte na diplomacia para combinar prioridades. A paixão e a vontade de se divertir ganharão força, invente uma surpresa para o par!

Touro (21/04 a 20/05)
Um passeio diferente, uma viagem curta ou um programa cultural com o par deixará o domingo mais gostoso. Conversas sobre o futuro trarão entusiasmo e novos planos. Não deixe preocupações de trabalho atrapalharem o descanso. Crescerá a vontade de reformar, ampliar seus espaços ou de receber a família. Celebre a vida com quem você ama!

Gêmeos (21/05 a 20/06)
Um investimento ou uma questão financeira da vida íntima poderá ganhar definição hoje. No amor, desejo e ciúme poderão se misturar, esclareça sentimentos sem cobranças. Use o bom senso nos gastos com lazer. Conte com organização e rotina mais leve, com Mercúrio já em movimento direto. Um passeio ou caminhada fará bem ao corpo, à saúde e ao humor.

Câncer (21/06 a 22/07)
O dia trará harmonia nos relacionamentos, carinho da família e momentos divertidos com o par ou com os filhos. Mudanças internas contribuirão com mais autoconfiança e menos inquietudes. Perspectivas financeiras serão animadoras, fique de olho em uma boa oportunidade de ganho ou de investimento que poderá surgir neste sábado. Valorize suas conquistas!

Leão (23/07 a 22/08)
Parta para a ação e impulsione os projetos pessoais. Valerá focar nos assuntos práticos e aproveitar o domingo para organizar a casa, cuidar da saúde e investir em mais conforto. Conversas em família exigirão tato, evite respostas impulsivas e procure compreender melhor o outro. Movimente a vida, seu entusiasmo contagiará quem estiver por perto!

Virgem (23/08 a 22/09)
Leveza, clima romântico e boas risadas marcarão o dia. Passeios por perto, momentos carinhosos com os filhos ou um programa a dois animarão o domingo. Não estoure o orçamento com compras de presentes e mimos. Uma mensagem atenciosa aproximará alguém especial. Se estiver só, uma paquera poderá começar com conversa despretensiosa!

Libra (23/09 a 22/10)
Assuntos da casa e de família ocuparão boa parte do domingo. Uma nova aquisição ou investimento em conforto trará satisfação. Com Vênus já em movimento direto em seu signo, será mais fácil expressar seus desejos e lidar com cobranças alheias. Amigos animarão o fim do dia com convites. Reserve também um tempo para se cuidar e se fortalecer interiormente.

Escorpião (23/10 a 21/11)
Circule, reveja amigos e coloque a conversa em dia, suas palavras terão charme e poder de persuasão. O domingo também trará boas notícias de irmãos e encontros encantadores. Circule, confira lugares agradáveis e descubra novidades. Um sentimento guardado poderá vir à tona e reforçar planos de mudanças. Carreira em ascensão, invista no seu futuro!

Sagitário (22/11 a 21/12)
Organize as finanças e planeje os gastos do fim de ano com calma. Momentos de descanso e de introspecção ajudarão a encerrar um longo ciclo antes do aniversário. Em um grupo de amigos, diferenças de gosto ou de orçamento exigirão flexibilidade. Planos de viagem ou de estudo ganharão força, pesquise mais opções. Horizontes se abrirão!

Capricórnio (22/12 a 20/01)
Este domingo pedirá um tempo para você. Aproveite para cuidar da beleza, da imagem e renovar o visual. Amigos e grupos trarão apoio para um projeto inovador, convite para um evento renderá contatos interessantes. Investimentos e recursos compartilhados terão boas perspectivas de crescimento. Crie planos para o futuro a dois. Poder em alta!

Aquário (21/01 a 19/02)
Desacelere, durma mais e recupere as energias. Longe da agitação, você terá tranquilidade para amadurecer ideias de um projeto profissional. Um plano de viagem ou curso exigirá ajustes de orçamento ou de datas. No amor e nas parcerias, o clima ficará cada vez mais animado, com gestos generosos e acolhedores. Sabor de aventura no amor, viagem à vista!

Peixes (20/02 a 20/03)
Amigos e programas em grupo deixarão o domingo mais animado. Uma conversa sobre viagens, cursos ou filosofias de vida alargará seus horizontes. Na relação íntima, exponha suas inseguranças ou questões financeiras com delicadeza. Atividade física ao ar livre fará bem ao corpo e à mente. Abra espaço para amizades. Poder de influência em alta!

Previsão do tempo p/Cascavel

O céu fala. A gente entende
www.climatempo.com.br

15 Dom — 20° 26° — 10.4mm — Sol com algumas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
20° 26°	22° 28°	10.4mm 89% de chance	76% 100%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
↘WNW - 7km/h	↘WNW - 37km/h	05:39h às 18:57h	Nova

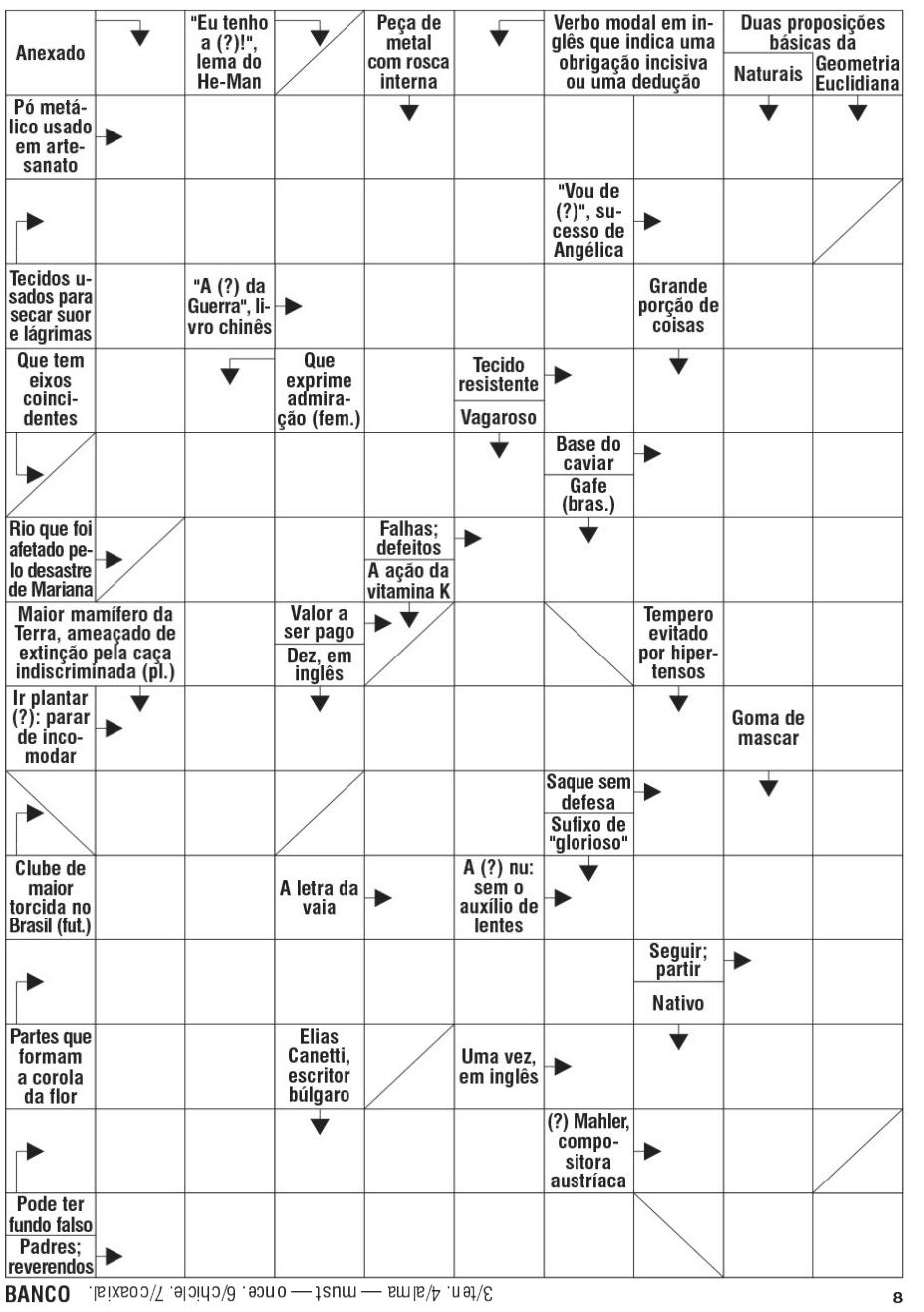
16 Seg — 20° 26° — 1.5mm — Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
20° 26°	21° 29°	1.5mm 90% de chance	68% 100%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
↙NE - 7km/h	↙NE - 27km/h	05:38h às 18:58h	Nova

CRUZADAS

www.coquetel.com.br ©Revistas Coquetel



BANCO 3/te n. 4/alma — must — once. 6/chicle. 7/coaxial.

8



Solução

S	E	T	O	D	R	E	C	A	S	
G	A	V	E	T	A		A	L	M	A
I	I	A	N		O	N	C	E		
P	E	T	A	L	A	S		I	R	
	L	A		U		O	L	H	O	
F	L	A	M	E	N	G	O	A	C	E
	B	A	T	A	T	A	S		T	
		L		C	O	N	T	A	S	E
	D	O	C	E		E	R	R	O	S
C	O	A	X	I	A	L		O	V	A
	S	E			C		B	R	I	M
	N		A	R	T	E		T	O	
L	E	N	Ç	O	S		T	A	X	I
	P	U	R	P	U	R	I	N	I	A
		A		F	O	M				

EXTINTORES ALIANÇA

EXTINTORES ALIANÇA

Venda, Recargas e Manutenção em Extintores de Incêndio, Mangueiras para Hidrantes, Acessórios para Hidrantes, Luminárias de Emergência. Todos os tipos e modelos de placas Fotoluminescentes, Suportes de solo e demarcações de solo.

Endereço: Rua João Lili Círico, 265 - Coqueiral

CEP: 85.807-540

CASCAVEL- PR

Fone: (45) 3039-0015/3039-0114



GazetadoParaná
o jornal feito para amanhã.

PLASTÍVEL
Indústria de Plásticos Cascavel LTDA
EMBALAGENS
www.plastivel.com.br - email: plastivel@uol.com.br
Sacos, Sacolas, Filmes Técnicos e Embalagens Plásticas Personalizadas
FONE/FAX: (0**45) 3035-4360/3038-4358/9969-4414
BR 277 -km 596 - CASCAVEL - PARANÁ

COMPRE 4
LEVE 5
Modelo: 435/436/285/278 - NOVO
Cada toner por R$ 39,00
5 toners por
R$ 195,00*



*Promoção válida ate 28/02/23 ou até o termino do estoque. Para pagamento à vista.

ARTIPRINT
Rua General Osório, 2475.
Parque São Paulo, Cascavel-PR
45 9 9929-2660
45 3096-8200
artiprint.cartuchos.toners

Opinião

CASCAVEL
Rua Fortunato Bebber, 868
Pacaembú
85816-300 – (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virgínio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 – (41)3338-9191

Gazeta do Paraná
UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br
assinatura@gazetaparana.com.br

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

* *Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da* ***Gazeta do Paraná***

Editorial

O Estado não está à venda

• A discussão sobre a privatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar) ultrapassa os limites de uma decisão administrativa. Não se trata apenas de avaliar a eficiência de uma empresa pública, seus custos operacionais ou a possibilidade de atrair investimentos privados. O que está em jogo é o controle sobre uma estrutura responsável pelo processamento e pela gestão de informações estratégicas do Estado e de milhões de paranaenses.

A insistência do governo Ratinho Junior em levar adiante a desestatização exige respostas que ainda não foram suficientemente apresentadas à sociedade. Afinal, quem terá acesso às informações armazenadas nos sistemas públicos? Quem fiscalizará os operadores dessas plataformas? Quais mecanismos impedirão que dados pessoais, registros administrativos e informações sensíveis sejam utilizados para finalidades diferentes daquelas que justificaram sua coleta?

Essas perguntas ganham relevância diante das recentes controvérsias envolvendo o acesso a informações governamentais. As acusações relacionadas a um funcionário da Celepar, somadas às investigações sobre a comercialização de dados extraídos de sistemas restritos, embora constituam episódios distintos, expõem a importância de mecanismos rigorosos de controle. Se estruturas públicas já apresentam vulnerabilidades, transferir sua operação à iniciativa privada não representa, por si só, qualquer garantia de segurança.

É necessário reconhecer que a participação de empresas privadas no desenvolvimento e na manutenção de sistemas governamentais não constitui uma irregularidade. A administração pública depende de soluções tecnológicas especializadas e pode recorrer a fornecedores externos. Entretanto, existe uma diferença fundamental entre contratar serviços e transferir o controle de uma estrutura estratégica. Essa distinção precisa orientar qualquer decisão sobre o futuro da Celepar.

A Lei Geral de Proteção de Dados estabelece responsabilidades para o tratamento de informações pessoais, independentemente da natureza pública ou privada das organizações envolvidas. Mas a existência de uma legislação não elimina os riscos. Segurança digital exige fiscalização permanente, auditorias independentes, rastreabilidade dos acessos e mecanismos efetivos de responsabilização. Também exige transparência sobre os contratos e sobre os limites impostos a quem administra informações dos cidadãos.

O argumento da eficiência econômica, frequentemente utilizado para justificar privatizações, não pode encerrar o debate. Eventuais ganhos financeiros precisam ser confrontados com os riscos institucionais, os custos de fiscalização e a capacidade do poder público de preservar sua autonomia tecnológica. Uma operação financeiramente vantajosa no curto prazo pode produzir dependências difíceis e caras de reverter.

O Paraná precisa discutir o futuro da Celepar com base em informações verificáveis, estudos técnicos e garantias concretas. Uma decisão dessa magnitude não deveria ser conduzida como simples oportunidade de arrecadação nem submetida exclusivamente às prioridades de um governo que se aproxima do encerramento de seu mandato.

Os governos passam, mas os dados dos cidadãos e as responsabilidades do Estado permanecem. A tecnologia pode ser contratada, modernizada e aperfeiçoada. A obrigação de proteger informações públicas e assegurar sua utilização legítima, entretanto, é intransferível. O Estado não está à venda porque sua responsabilidade perante a sociedade não pode ser privatizada.

Reforma tributária: o que faltou explicar no pronunciamento presidencial?

Ricieri Gabriel **CALIXTO**

**Coordenador tributário do Salamacha & Advogados Associados e professor de Direito Tributário. Especialista em Contabilidade e Finanças (UFPR), Direito Internacional e Econômico (UEL) e LL.M. em Direito Empresarial (CEU-IICS)*

O pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia nacional no último domingo (8/11), abordou diferentes compromissos econômicos, sociais e institucionais. Sob a perspectiva tributária, entretanto, duas questões merecem uma análise crítica: o anúncio de desoneração da cesta básica e a ausência de explicações mais profundas sobre os impactos da reforma tributária no consumo, especialmente diante do compromisso com a responsabilidade fiscal.

Ao anunciar a tributação zero sobre a cesta básica, o presidente destacou uma medida que, embora represente um avanço na uniformização do sistema tributário, não constitui uma novidade absoluta. A desoneração de diversos alimentos já integra a legislação brasileira há décadas, inclusive com alíquotas zero de PIS e Cofins, previstas na Lei nº 10.925/2004 e em normas posteriores, além de benefícios de ICMS concedidos pelos estados.

A reforma tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, estabelece uma Cesta Básica Nacional de Alimentos, com alíquota zero da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) para os produtos legalmente definidos. Trata-se de uma mudança relevante, especialmente pela padronização nacional do tratamento tributário. Contudo, é tecnicamente impreciso transmitir a impressão de que a desoneração dos alimentos começa apenas com a reforma.

Há uma distinção importante que frequentemente passa despercebida: alíquota zero não significa, necessariamente, ausência integral de custos tributários na formação do preço. A tributação incidente em etapas anteriores, as regras de aproveitamento de créditos e os custos de conformidade podem influenciar o preço final dos alimentos. Por isso, a redução legal da alíquota não deve ser automaticamente confundida com uma redução equivalente dos preços ao consumidor.

Também é preciso reconhecer que a nova sistemática representa uma alteração estrutural. A CBS substituirá o PIS e a Cofins, enquanto o IBS substituirá progressivamente o ICMS e o ISS. A proposta é abandonar um modelo marcado pela fragmentação de regras e benefícios para adotar uma tributação sobre valor agregado, com maior uniformidade e mecanismos próprios de creditamento.

Transformação ocorre gradualmente

A CBS terá sua cobrança plena iniciada em 2027, enquanto a substituição do ICMS e do ISS pelo IBS avançará entre 2029 e 2033. Portanto, os efeitos da reforma sobre preços, margens empresariais e arrecadação não serão necessariamente imediatos ou uniformes. A transição exigirá adaptações tanto das empresas quanto das administrações tributárias.

A segunda questão é ainda mais abrangente. O presidente reafirmou seu compromisso com a responsabilidade fiscal, manifestando preocupação com a trajetória da dívida pública e com os juros elevados. Entretanto, o pronunciamento não aprofundou uma discussão diretamente relacionada ao equilíbrio das contas públicas: a necessidade de arrecadação e seus reflexos sobre a alíquota de referência do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) brasileiro, composto pela CBS e pelo IBS.

As estimativas de uma alíquota de referência próxima de 30% colocam o Brasil diante de um desafio relevante. Embora esse percentual não represente necessariamente a carga efetiva de todos os produtos e serviços, sua dimensão exige transparência sobre os efeitos econômicos da reforma, especialmente na formação de preços, no poder de compra e nas decisões de consumo das famílias.

É importante compreender que a alíquota de referência não surge de uma escolha isolada. Sua definição está relacionada à necessidade de preservar a arrecadação, à base tributável e à existência de tratamentos diferenciados. Quanto mais ampla for a concessão de reduções e regimes favorecidos, maior poderá ser a pressão sobre a alíquota geral necessária para manter o nível de receitas projetado.

Essa relação evidencia um dos principais desafios da reforma: conciliar a desoneração de determinados produtos e setores com uma carga tributária geral economicamente sustentável. A cesta básica nacional com alíquota zero atende a uma finalidade social relevante, mas integra um sistema em que o custo arrecadatório dos tratamentos favorecidos precisa ser considerado na definição da alíquota aplicável às demais operações.

Há também uma questão distributiva que merece atenção. Um consumidor que recebe um salário mínimo e outro que recebe mil salários mínimos poderão suportar a mesma alíquota nominal ao adquirir determinado produto sujeito à tributação padrão. O valor do imposto pode ser idêntico, mas seu peso proporcional sobre a renda é profundamente diferente. A legislação prevê instrumentos para atenuar essa regressividade, como a cesta básica desonerada e o cashback para famílias elegíveis, cuja efetividade dependerá de sua implementação.

Essa discussão se torna ainda mais sensível diante da realidade financeira das famílias brasileiras. Segundo a Confederação Nacional do Comércio, 81,6% das famílias estavam endividadas em outubro de 2026. Dados do Banco Central também apontam que o comprometimento da renda familiar com o pagamento de dívidas alcançou 29% em agosto. Em um ambiente de juros elevados e pressão acumulada dos preços sobre o orçamento doméstico, qualquer alteração na tributação do consumo precisa ser examinada com atenção, especialmente em relação às famílias de menor renda.

Afinal, o IVA é um tributo que alcança consumidores de diferentes condições econômicas. Ainda que a Reforma Tributária estabeleça desonerações, reduções de alíquotas e mecanismos de cashback, uma alíquota geral elevada poderá produzir consequências relevantes sobre o poder de compra, caso resulte em aumento da carga efetivamente repassada aos preços. Para quem já compromete parcela significativa da renda com alimentação, moradia, serviços e dívidas, mesmo pequenas variações de preços podem representar uma perda expressiva de capacidade de consumo. O desafio não é apenas preservar a arrecadação pública, mas compreender quanto a sociedade tem condições de suportar.

Os impactos sobre os preços também precisam ser analisados com cautela. A Reforma Tributária poderá produzir efeitos distintos entre setores, dependendo da estrutura de custos, da possibilidade de aproveitamento de créditos e da capacidade de repassar alterações tributárias ao consumidor. Não é tecnicamente adequado presumir uma elevação generalizada dos preços, mas tampouco ignorar os riscos de pressão sobre determinados bens e serviços.

Responsabilidade fiscal e tributação do consumo não são assuntos independentes. A sustentabilidade das contas públicas envolve decisões sobre despesas, receitas, benefícios fiscais e eficiência do Estado. Ao mesmo tempo, o desenho da reforma tributária busca preservar a arrecadação dos entes federativos, o que torna indispensável discutir como a política fiscal pode influenciar a alíquota de referência e, consequentemente, os custos suportados pela sociedade.

A reforma tributária representa uma das maiores transformações do sistema econômico brasileiro nas últimas décadas. Mais do que anunciar desonerações, é necessário explicar à população o que efetivamente muda, quais benefícios já existiam e como a nova tributação poderá afetar seu orçamento. Uma transformação dessa dimensão exige informação técnica, transparência e um debate público à altura de suas consequências. Afinal, a responsabilidade fiscal não pode ser discutida apenas sob a perspectiva de quanto o Estado precisa arrecadar, mas também de quanto a sociedade consegue suportar.

Política & CIA

Chapa costurada

AS NEGOCIAÇÕES para a formação da próxima Mesa Executiva da Assembleia Legislativa do Paraná devem ganhar força nesta segunda-feira (16). O governador eleito Sergio Moro pretende reunir parlamentares para discutir uma composição que evite disputas internas e assegure uma base de sustentação ao futuro governo. O deputado Delegado Jacovós aparece como favorito à presidência, enquanto PP, PSD e Podemos disputam espaço nos demais cargos. A tentativa de construir uma chapa única revela que a articulação política da próxima administração já começou antes mesmo da posse. Para Moro, o desafio será acomodar interesses partidários sem comprometer a autonomia do Legislativo. Para os deputados, a negociação representa a primeira oportunidade de medir o espaço que terão no novo governo.

Cultura na mesa

O deputado estadual Goura (PDT) apresentou à Casa Civil e às equipes de transição uma proposta para destinar 1,5% do orçamento estadual à Cultura, além de defender a manutenção de uma secretaria exclusiva para a área. A iniciativa antecipa uma discussão sobre a estrutura administrativa que será adotada pelo governador eleito Sergio Moro. Embora a proposta ainda não tenha recebido uma resposta definitiva, o movimento demonstra que diferentes setores já procuram influenciar as prioridades da próxima gestão. A manutenção da secretaria e a definição de recursos próprios serão indicadores da importância atribuída à política cultural. A discussão também deve envolver entidades e representantes do setor artístico, interessados em preservar programas e mecanismos de financiamento.

Orçamento herdado

A Assembleia Legislativa realizará na terça-feira (17) uma audiência pública para discutir a proposta orçamentária de R$ 84,6 bilhões para 2027. O documento foi elaborado pela administração de Ratinho Junior, mas sua execução ficará sob responsabilidade do próximo governador. A circunstância coloca a equipe de transição diante de uma tarefa delicada: identificar quais despesas já estão comprometidas e quanto poderá ser redirecionado para as prioridades anunciadas durante a campanha. Embora o orçamento ainda dependa de aprovação legislativa, boa parte das despesas possui destinação obrigatória. A margem para mudanças será um dos primeiros testes da capacidade de articulação entre o Executivo eleito e os deputados estaduais.

Prazo ampliado

A Assembleia Legislativa prorrogou até 23 de novembro o prazo para recebimento de sugestões populares ao orçamento estadual de 2027. A medida amplia a possibilidade de participação de entidades, municípios e organizações sociais na discussão sobre a distribuição dos recursos públicos. Politicamente, o período também abre espaço para que deputados e lideranças regionais apresentem demandas antes da definição final das despesas. A movimentação ocorre em um momento de incerteza para administrações municipais que aguardam repasses estaduais destinados a obras e convênios. A questão será identificar quais reivindicações efetivamente conseguirão espaço no orçamento e quais permanecerão apenas como manifestações de interesse.

Repasses regionais

A Assembleia Legislativa anunciou a destinação de R$ 5 milhões para Maringá, em resposta aos danos provocados pelo tornado que atingiu a região. A articulação reuniu deputados de diferentes partidos, entre eles Maria Victoria, Delegado Jacovós, Do Carmo, Adriano José e Evandro Araújo. Além do atendimento emergencial, a mobilização evidencia a capacidade de parlamentares de diferentes legendas de atuar conjuntamente em demandas regionais. A presença de Jacovós, apontado como favorito à presidência da próxima Mesa Executiva, chama atenção em meio às negociações sobre o comando do Legislativo. A articulação para o repasse, contudo, não significa necessariamente a existência de um acordo para a eleição interna.

Celepar sob pressão

A ausência de uma apuração interna sobre a atuação de Mehdi Mouazen acrescenta um novo capítulo à discussão sobre os mecanismos de controle da Celepar. A estatal informou que o funcionário está de férias e que não instaurou sindicância, sob o argumento de que não recebeu denúncia relacionada ao desempenho de suas funções. O posicionamento ocorre enquanto permanecem em debate as acusações envolvendo o servidor e a possibilidade de privatização da companhia. A situação reforça a necessidade de esclarecer quais procedimentos são adotados para fiscalizar o acesso de funcionários a informações e sistemas governamentais. A discussão sobre a transferência da estatal à iniciativa privada torna ainda mais relevante a definição de responsabilidades pela proteção dos dados públicos.

Dados negociados

Uma operação da Polícia Federal realizada na quinta-feira (12) colocou novamente em evidência a vulnerabilidade de informações armazenadas em sistemas públicos. A investigação apura a obtenção e comercialização de dados pessoais extraídos de bases restritas da administração, com mandados cumpridos em Cascavel, Curitiba e Brasília. Dois servidores foram afastados de suas funções e uma empresa de investigação particular teve as atividades suspensas por determinação judicial. Entre as informações supostamente negociadas estavam endereços, fotografias, registros policiais e dados de veículos. O episódio amplia o debate sobre a fiscalização dos acessos a sistemas governamentais e a necessidade de mecanismos capazes de identificar consultas irregulares. Não há indicação de ligação entre essa operação e as acusações envolvendo a Celepar.

Cidinha Marcon



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana





O CASAL Leo e Hortêncio Risso em almoço festivo na semana, comemorando 49 anos bem casados, com seus filhos Michel e esposa Dani e filhas Isadora Sofia e Baby Rafa, Laud's e esposa Gisele com os filhos Manuela e Filipe *Arquivo pessoal*

•Pinceladas....
1 - Adoro as rosas, mas prefiro as trepadeiras
2 - As mulheres perdidas são as mais procuradas
3 - Como é difícil se livrar de uma mulher fácil
4 - Dinheiro não traz felicidade, mas ajuda a sofrer em Paris
5 - Duas coisas que gosto: cerveja gelada e mulher quente
6 - Duas coisas que não gosto: cerveja quente e mulher gelada
7 - Enquanto não encontro a mulher certa...me divirto com as erradas
8 - Mais vale chegar atrasado neste mundo, que adiantado no outro
09 - Na vida tudo é passageiro, menos o motorista e o cobrador
10 - O chifre é como consórcio. Quando você menos espera, é contemplado
11 - Antes sonhava. Hoje, não durmo...
12- Eu queria ser pobre um dia, porque ser pobre todo dia é duro.

•Bom dia!
Eu sei que com o tempo esquecemos muitas coisas, mas jamais quero esquecer o amor que recebi da vida. E abraços que me fizeram forte e me deram suporte para enfrentar a dor. O carinho, recebido quando precisava para acalmar a alma e pensar com calma. A palavra amiga que me fez entender mais da vida para me sentir acolhida. O olhar que me sorria, me deixou feliz mesmo quando não percebia. O beijo que me ensinou o amor e devolveu-me à vida.



AMANDA, Ricardo e Helô de Oliveira Souza- família bonita! *Arquivo pessoal*



O EMPRESÁRIO DE SUCESSO com sua franquia Anjos Colchões & Sofás, espalhadas por todo Brasil e países da América Latina, Claudinei dos Anjos, vai dar um tempo no trabalho nesta segunda-feira, dia 16, por um motivo pra lá de especial: comemorar seu aniversário *Arquivo pessoal*

Charles Garbin



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana

pada
@padariagarbin

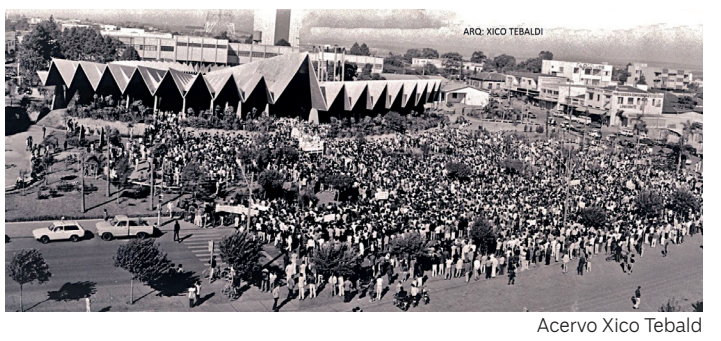




Saudade Não Tem Idade

Missa campal em frente à Catedral

MISSA CAMPAL realizada em frente à Catedral de Cascavel no ano de 1980 reuniu uma multidão de fiéis. Era um evento religioso de Corpus Christi e a missa foi celebrada pelo então padre O Lázaro Bruning, que mais tarde abandonaria o sacerdócio e seguiria se tornou advogado.



Acervo Xico Tebald

1ª eleição de Londrina

A imagem capturada por José Juliani em 12 de setembro de 1935, no coração da então incipiente Londrina, vai muito além de um simples registro fotográfico. Ela representa um marco histórico: a primeira eleição direta da cidade. Na Avenida Paraná, reuniram-se homens, mulheres e crianças em apoio ao candidato Willie da Fonseca Brabazon Davids (marcado com o número 6 na imagem), que viria a se tornar o primeiro prefeito eleito pelo voto popular do município.

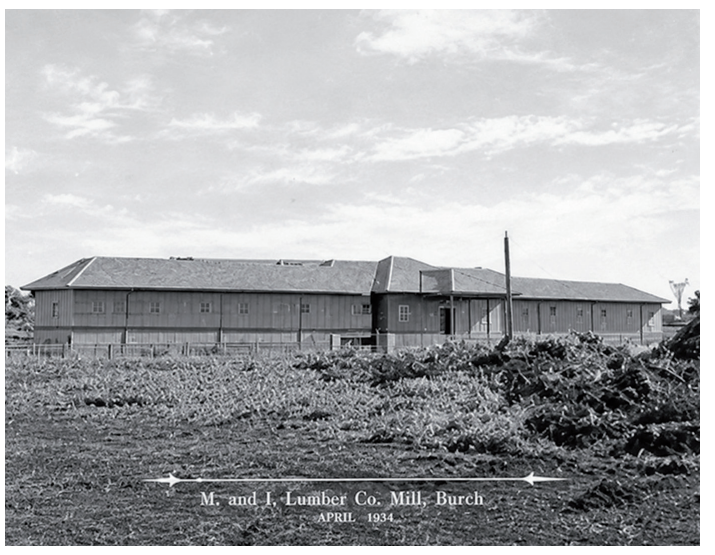
A cena tem caráter emblemático. Ao fundo, uma faixa estendida sobre os ombros de simpatizantes anuncia: "Viva o Dr. Willie Davids". Em primeiro plano, figuras importantes da sociedade londrinense da época foram identificadas: Elias Tarran (1), Adriano Marino Gomes (2), Latiffe Tarran (3), Helena Farias Castro Ferraz (4), Carlota de Melo Peixoto Davids (5) e Alexandre Gutierres Beltrão (7). Todos reunidos em um momento de virada política e simbólica para uma comunidade marcada pela diversidade de sua origem — paulistas, mineiros, estrangeiros — e pelo desejo de participar das decisões locais.



Fontes: Boni, Paulo César; Unfried, Rosana Reineri. Memórias Fotográficas. Londrina: Eduel, 2012. / **Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss /** Acervo Londrina Histórica

Urgência e emergência em Toledo - 1950

A foto faz parte da exposição online "Fragmentos e vestígios da nossa história", do museu Histórico Willy Barth, de Toledo. Esse era o Hospital e Maternidade Toledo, na década de 1950, e servia de atendimento para urgência e emergência.



Ondy H. Niederaue Museu Histórico Willy Barth

Passeio Público em 1923

O parque mais antigo e o mais central da cidade é retratado na fotografia do início da década de 1920, a última da série preparada pelo Arquivo Público para a celebração de aniversário de 332 anos de Curitiba. Inaugurado em 1886, o Passeio Público já teve diferentes aparências, iniciando com a drenagem de um terreno pantanoso até os dias de hoje, que encanta com sua fauna e flora diversas e atrações de lazer. O Passeio Público é cenário de importantes marcos da capital paranaense, como o acendimento da primeira lâmpada incandescente de luz elétrica de Curitiba, em dezembro de 1887. Em 1911, na ilha localizada no centro do lago do parque Emiliano Perneta (1866-1921) coroado "Príncipe dos Poetas Paranaenses".



Arquivo Público/Prefeitura de Curitiba

UFOLOGIA

Nova estratégia pode facilitar contato com extraterrestres

A iniciativa combina astronomia, matemática e tecnologia de radiotelescópios para identificar possíveis momentos em que civilizações distantes poderiam escolher transmitir mensagens

Uma sociedade tecnologicamente avançada que observasse a Terra poderia identificar nosso planeta durante sua passagem diante do Sol, fenômeno astronômico conhecido como trânsito planetário

Especial
OVNIHOJE.COM

PESQUISADORES do Instituto SETI estão utilizando conceitos da teoria dos jogos para investigar uma questão importante na busca por inteligência extraterrestre: em que momento uma civilização alienígena poderia tentar estabelecer comunicação com a Terra? A iniciativa combina astronomia, matemática e tecnologia de radiotelescópios para identificar possíveis momentos em que civilizações distantes poderiam escolher transmitir mensagens. A pesquisa foi apresentada em um estudo publicado no periódico científico The Astronomical Journal, em novembro de 2026. O projeto utiliza o Allen Telescope Array (ATA), localizado no Observatório de Rádio Hat Creek, na Califórnia, Estados Unidos.



A estratégia parte de um conceito conhecido como ponto de Schelling n3m3/playgroundai.com

Sinais extraterrestres

A estratégia parte de um conceito conhecido como ponto de Schelling, utilizado na teoria dos jogos para explicar como duas partes podem escolher independentemente um mesmo local ou momento para se encontrar, mesmo sem comunicação prévia. Um exemplo seria duas pessoas que combinam encontrar-se em Nova Iorque, mas não estabelecem horário nem local específico. Ambas poderiam escolher espontaneamente o meio-dia na estação Grand Central, por ser um ponto de referência conhecido. Os pesquisadores consideram que algo semelhante poderia acontecer entre civilizações extraterrestres.

Uma sociedade tecnologicamente avançada que observasse a Terra poderia identificar nosso planeta durante sua passagem diante do Sol, fenômeno astronômico conhecido como trânsito planetário.

Nesse alinhamento, a Terra aparece entre o Sol e o observador distante. A partir da perspectiva terrestre, essa região do espaço corresponde à direção oposta à posição do Sol, chamada de ponto antissolar. Como duas civilizações poderiam identificar independentemente esse alinhamento, ele funcionaria como uma possível referência comum para uma tentativa de comunicação.

Radiotelescópio

O Allen Telescope Array foi escolhido para testar essa estratégia porque possui diversas antenas capazes de trabalhar em conjunto na identificação de sinais de rádio estreitos, que poderiam apresentar características de transmissões tecnológicas. O levantamento foi planejado para ocorrer duas ou três noites por semana, durante aproximadamente quatro anos. Como o ponto antissolar muda de posição aparente conforme a Terra percorre sua órbita, os pesquisadores precisam acompanhar continuamente essa movimentação.

Um sistema automatizado analisa os enormes volumes de dados e procura sinais que possam ser diferenciados das interferências produzidas por satélites, sistemas de comunicação e outras tecnologias humanas.

EM NÚMEROS

1,9

A análise identificou cerca de 1,9 milhão de detecções de sinais de rádio. Após a filtragem e avaliação dos registros mais interessantes, todos foram atribuídos a interferências de origem humana

1,9 milhão de sinais

Antes de iniciar a campanha principal, a equipe realizou um estudo experimental durante três noites, no verão de 2023. Utilizando 20 antenas, os pesquisadores acumularam aproximadamente 17 horas de observações, gerando 32 terabytes de dados. A análise identificou cerca de 1,9 milhão de detecções de sinais de rádio. Após a filtragem e avaliação dos registros mais interessantes, todos foram atribuídos a interferências de origem humana. Apesar disso, o experimento permitiu aperfeiçoar os métodos de observação e estabelecer os primeiros limites de detecção para essa estratégia. Segundo os pesquisadores, nas condições consideradas pelo estudo, seria possível detectar uma transmissão com potência comparável à do antigo radar planetário de Arecibo a distâncias de até aproximadamente 124 anos-luz.

Busca continuará por vários anos

Desde o estudo experimental, a campanha acumulou mais de 121 noites de observações. Os resultados referentes ao primeiro ano completo de levantamento serão apresentados em uma publicação futura. A iniciativa representa uma abordagem diferente das buscas tradicionais por inteligência extraterrestre, que normalmente concentram observações em estrelas e sistemas planetários específicos. Nesse novo método, os cientistas procuram identificar não apenas de onde uma possível civilização transmitiria, mas também quando poderia fazê-lo. A pesquisa amplia as estratégias utilizadas pelo SETI e explora a possibilidade de que duas civilizações, mesmo separadas por enormes distâncias, possam identificar um momento comum para tentar estabelecer contato. Dessa forma, a teoria dos jogos oferece aos pesquisadores uma nova maneira de direcionar a busca por possíveis sinais de inteligência extraterrestre.

Sinal de rádio misterioso

O maior radiotelescópio de prato único do mundo detectou um sinal que os astrônomos não conseguiram explicar. A busca por inteligência extraterrestre já dura décadas, com astrônomos de todo o mundo na esperança de captar um sinal no espaço distante que indique a presença de tecnologia alienígena sofisticada. Embora a busca tenha captado até agora uma infinidade de sinais, nenhum se provou conclusivamente extraterrestre.

Agora, astrônomos na China, usando o telescópio FAST, captaram um dos sinais novos mais intrigantes dos últimos tempos: um tom constante concentrado em torno de uma única frequência. Batizado de NBS 260108, foi descoberto durante observações de K2-155 – um sistema estelar situado a 238 anos-luz de distância que abriga três planetas "super-Terras". Segundo relatos, o sinal teve sua frequência alterada ao longo do tempo, o que o torna particularmente intrigante. Contudo, permanece incerto se essa informação tem ou não uma origem inteligente. Sem dúvida, se um dia um sinal como esse se revelar de natureza tecnológica, será uma das maiores descobertas da história da civilização humana.

Religiões sobreviveriam à descoberta de alienígenas?

Para algumas correntes religiosas, a descoberta de seres inteligentes em outros planetas poderia exigir uma revisão de determinadas interpretações sobre a criação e a posição especial atribuída à humanidade

Ovnihoje.com
Especial

●A descoberta de vida inteligente fora da Terra poderia provocar mudanças profundas na maneira como a humanidade compreende seu lugar no Universo. Além das consequências científicas e sociais, uma eventual confirmação da existência de extraterrestres também levantaria questões importantes para as religiões: como conciliar outras formas de vida com as diferentes interpretações sobre a criação, a humanidade e o papel dos seres humanos no cosmos?

Uma reportagem publicada pela revista Scientific American, em 29 de outubro de 2026, assinada por Claire Cameron e Adam Kovac, aborda justamente esse tema e mostra que as tradições religiosas podem apresentar respostas bastante diferentes diante da possibilidade de encontrar outras civilizações.

Crenças religiosas

Para algumas correntes religiosas, a descoberta de seres inteligentes em outros planetas poderia exigir uma revisão de determinadas interpretações sobre a criação e a posição especial atribuída à humanidade. Uma das questões centrais envolve a relação entre Deus e a vida extraterrestre. Se a vida surgiu em outros mundos, isso significaria que a criação divina também abrange essas civilizações? E, caso existam seres inteligentes muito mais antigos que os humanos, como compreender sua relação com as narrativas religiosas da Terra?

Essas perguntas não possuem necessariamente uma resposta única. As próprias religiões abrigam diferentes escolas de pensamento, interpretações de textos sagrados e perspectivas teológicas.

A reportagem destaca que as religiões não precisam reagir de maneira uniforme à possibilidade de vida extraterrestre. Algumas tradições podem encontrar em seus próprios ensinamentos elementos que permitam incorporar a existência de outras formas de vida à compreensão do Universo. Outras podem enfrentar discussões teológicas mais complexas, especialmente quando determinadas interpretações atribuem à humanidade uma posição exclusiva na criação ou na relação com o divino.

A reportagem destaca que as religiões não precisam reagir de maneira uniforme à possibilidade de vida extraterrestre



n3m3/MAI-Image-2.6-Flash

Nesse cenário, líderes religiosos e estudiosos da teologia teriam um papel importante na discussão sobre como integrar uma descoberta dessa dimensão às crenças e práticas de suas comunidades.

Ciência, fé e vida extraterrestre

A possibilidade de encontrar vida fora da Terra já desperta interesse em diferentes áreas do conhecimento. A astrobiologia investiga as condições necessárias para o surgimento da vida, enquanto a astronomia procura planetas que possam apresentar ambientes favoráveis à existência de organismos.

Uma descoberta de vida inteligente ampliaria esse debate para além dos laboratórios e observatórios, alcançando também a filosofia, a cultura e a espiritualidade. A questão apresentada pela Scientific American vai além de saber se existem alienígenas. Trata-se também de compreender como uma descoberta dessa magnitude poderia transformar a visão que diferentes sociedades possuem sobre a humanidade, a criação e o próprio significado da existência.

Assim, a possibilidade de não estarmos sozinhos no Universo coloca diante das religiões um dos questionamentos mais importantes de nossa história: como compreender nosso lugar em uma realidade habitada por outras formas de inteligência? E você, acha que a confirmação da existência de vida extraterrestre mudará as crenças das diferentes religiões do mundo?

TECH/MUNDO

Tecnologia e prevenção A afirmação é de cientistas de diversas partes do mundo e faz parte de uma carta de recomendações que será entregue aos líderes que participarão da reunião de cúpula do G20

Cientistas: IA pode ajudar a responder **desastres naturais**

O documento contextualiza que os desastres levam a consequências como perda de vidas, sofrimento humano, interrupção de serviços essenciais e de meios de subsistência, impactos ambientais e perdas econômicas

Brasília
AGÊNCIA BRASIL



Especialistas enviam carta de recomendação a líderes mundiais Defesa Civil

A INTELIGÊNCIA Artificial (IA) e novas tecnologias podem ajudar a prever e a reagir a desastres naturais, cada vez mais frequentes no planeta. A afirmação é de cientistas de diversas partes do mundo e faz parte de uma carta de recomendações que será entregue aos líderes que participarão da reunião de cúpula do G20, grupo das principais economias do mundo, em dezembro, nos Estados Unidos. "Os avanços em observação da Terra, sensoriamento remoto, sistemas de alerta precoce, modelagem numérica, gêmeos digitais [representações virtuais de objetos, estruturas, sistemas ou ambientes], tecnologias de drones e IA podem ampliar a compreensão das ameaças e dos riscos, apoiar a tomada de decisão e fortalecer a preparação, a resposta e a recuperação", descreve o documento.

A carta foi elaborada pelo S20 (Science20), grupo que reúne associações que representam cientistas de cada um dos integrantes do G20. A biomédica, pesquisadora e professora universitária Helena Nader, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), assina o texto, representando o Brasil. "Esta declaração é um subsídio científico aos chefes de Estado e de governo do G20. Esperamos que chame a atenção dos líderes para a urgência do tema e oriente políticas públicas que protejam as sociedades dos riscos de desastres naturais", diz.

O título da carta resume o que os cientistas esperam dos líderes mundiais: Viabilizar o Uso Eficaz da Tecnologia para a Resiliência a Ameaças Naturais e Desastres por meio da Colaboração Internacional.

Ao defender o uso de tecnologias como prevenção e resiliência a desastres, os cientistas defendem que países mais ricos têm um papel importante no apoio à implementação nos países e comunidades que enfrentam as maiores restrições de capacidade

Para reforçar o potencial das novas tecnologias, os autores ressaltam que muitas delas "já estão maduras e implantadas em diversas regiões, apoiando atividades como a previsão e o monitoramento de inundações, o imageamento por drones e a detecção de incêndios florestais, a resposta a ciclones, o alerta precoce de tsunamis e a coordenação humanitária".

No entanto, enxergam desafios relacionados à dependência da internet, aos requisitos de capacidade técnica, à cibersegurança, à privacidade e ao suporte aos usuários, que impedem o uso mais amplo das tecnologias.

Perdas crescentes

Para chamar atenção ao cenário de desastres naturais, os cientistas apontam que o mundo, países e regiões enfrentam "uma ampla gama de ameaças naturais". "Chuvas intensas, terremotos, deslizamentos de terra e fluxos de lama, secas, incêndios florestais, ciclones tropicais, ondas de calor e de frio, tsunamis, elevação do nível do mar e erupções vulcânicas estão entre as muitas ameaças que afetam comunidades em todo o mundo", elencam.

Os autores citam que, apenas durante a elaboração da carta, o mundo vivenciou inundações catastróficas no Nepal em agosto de 2026, incêndios florestais na Europa e no Canadá durante o verão do Hemisfério Norte e terremotos nas Filipinas e na Venezuela em junho.

O documento contextualiza que os desastres levam a consequências como perda de vidas, sofrimento humano, interrupção de serviços essenciais e de meios de subsistência, impactos ambientais e perdas econômicas.

A carta antecipa que "outros desastres inevitavelmente ocorrerão após a publicação desta declaração". Dessa forma, sustenta que "o imperativo é garantir que estejamos mais bem preparados quando isso acontecer". O texto cita que, somente em 2025, os custos diretos e associados de desastres totalizaram aproximadamente US$ 224 bilhões, "atribuídos em grande parte a eventos meteorológicos."

Com base em dados do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR), estima custo anual superior a US$ 2,3 trilhões quando são incluídos os impactos indiretos, em cascata e sobre os ecossistemas. Aponta ainda que as perdas econômicas decorrentes de desastres naturais vêm crescendo de 5% a 7% ao ano, ritmo mais que o dobro do crescimento da economia mundial.

Recomendações

O uso de tecnologias com IA fazem parte de uma série de recomendações sugeridas pelos cientistas:

- Fortalecer a coleta e a disponibilidade de dados e a compreensão do risco, com sistemas de observação mais robustos, dados sobre exposição e vulnerabilidade e a correção de vieses algorítmicos que possam prejudicar populações ou regiões com poucos dados;
- Garantir acesso seguro e equitativo a dados e tecnologias, com padrões comuns de interoperabilidade, sistemas que funcionem mesmo sem energia ou internet;
- Desenvolver capacidades locais e soluções adaptadas a cada contexto, com formação de pessoal, exercícios multissetoriais e integração dos conhecimentos tradicionais, indígenas e locais aos métodos científicos;
- Fortalecer a decisão humana e a governança dos sistemas tecnológicos: as tecnologias devem ampliar, e não substituir, a expertise humana, com validação local, transparência, prestação de contas e cibersegurança;
- Promover a coprodução de conhecimento e tecnologia entre países e setores, em parcerias entre iguais, e não como simples transferência de soluções prontas.

Apoio a países mais pobres

Ao defender o uso de tecnologias como prevenção e resiliência a desastres, os cientistas defendem que países mais ricos têm um papel importante no apoio à implementação nos países e comunidades que enfrentam as maiores restrições de capacidade.

Para os cientistas, o progresso dependerá não apenas da inovação tecnológica e da colaboração internacional, mas também da "disposição e da capacidade dos países e dos parceiros internacionais de investir nos sistemas, nas instituições e nas pessoas necessários para transformar a inovação em resiliência sustentada e equitativa".

G20

O G20 é o grupo das principais economias do mundo e reúne 19 países - África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia - e dois órgãos regionais, a União Africana e a União Europeia.

A próxima reunião de cúpula acontecerá nos dias 14 e 15 de dezembro, em Miami, nos Estados Unidos. O Brasil presidiu o grupo em 2024 e realizou o encontro de líderes no Rio de Janeiro, em novembro daquele ano.

Estado do Paraná investe R$ 2 milhões em pesquisas que conectam ciência e mercado

Os pesquisadores são finalistas da edição deste ano do Programa de Propriedade Intelectual com Foco no Mercado (Prime), que tem como objetivo capacitar pesquisadores para transformar os resultados de estudos acadêmicos em novos produtos, serviços e negócios

AEN
Curitiba

●O Governo do Estado liberou esta semana, em Cascavel, na região Oeste, um pacote de investimento no valor de R$ 2 milhões para dez pesquisas voltadas ao desenvolvimento de tecnologias nas áreas de saúde, produção agrícola e indústria. O repasse, que equivale a R$ 200 mil para cada projeto, foi formalizado durante o Paraná Faz Ciência 2026, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

Os pesquisadores são finalistas da edição deste ano do Programa de Propriedade Intelectual com Foco no Mercado (Prime), que tem como objetivo capacitar pesquisadores para transformar os resultados de estudos acadêmicos em novos produtos, serviços e negócios. Os recursos são do Fundo Paraná, uma dotação constitucional administrada pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti). O programa conta com a parceria da Fundação Araucária e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (Sebrae/PR).

O secretário estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, Aldo Nelson Bona, destaca que o Prime conecta a produção acadêmica às demandas da sociedade. "O programa faz com que o conhecimento produzido na academia chegue à sociedade, se transforme em inovação e vire produto. Agora, na sexta edição, entregamos os recursos aos finalistas para que possam aprimorar a tecnologia desenvolvida e aproximá-la cada vez mais do mercado. É um programa que tem demonstrado potencial para gerar empresas e transferir tecnologias", disse Bona.

Entre os projetos contemplados está o estudo que propõe um gel para o tratamento de feridas infeccionadas por bactérias resistentes a antibióticos, a partir de uma técnica que testa medicamentos já disponíveis no mercado (reposicionamento de fármacos). A iniciativa de pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina (UEL), na região Norte, é um exemplo de como a ciência pode gerar soluções concretas para a saúde pública, com potencial de impacto inclusive no Sistema Único de Saúde (SUS).



SETI

A professora Renata Kobayashi explica que o aporte vai permitir avançar, a partir de agora, em etapas decisivas para a chegada do produto ao mercado com mais precisão. "Com o recurso do Estado, vamos consultar empresas especializadas em assuntos regulatórios e realizar mais testes para comprovar a eficácia e a segurança do produto, tornando-o cada vez mais próximo do mercado", afirma a pesquisadora.

Legado

Lançado em 2021, o Prime se tornou uma política pública estratégica do Paraná, com mais de 30 tecnologias licenciadas para empresas consolidadas no mercado, além da abertura de 17 spin-offs, empresas que se originam de pesquisas acadêmicas. Ao todo, 512 pessoas já passaram pelo programa, sendo 35 empreendedores e 108 pesquisadores somente em 2026. No total do programa, 143 projetos avançaram para a fase de maturação dos negócios e desenvolvimento de modelos de transferência tecnológica.

Mais+
Cultura | Entretenimento | Saúde | Tendências

Paradesporto Com três títulos brasileiros no handebol em cadeira de rodas, equipe de Cascavel destaca a importância do incentivo, da acessibilidade e da inclusão para fortalecer o paradesporto



Divulgação/Arquivo

Paratletas de Cascavel

conquistam títulos nacionais e enfrentam desafios para ampliar o esporte adaptado

Em entrevista ao Mais+, Altair Alves relembra trajetória após acidente, destaca conquistas no handebol em cadeira de rodas e convida pessoas com deficiência a conhecerem as modalidades oferecidas no município

Cascavel
JULIA MARASCHI

A EQUIPE DE PARATLETAS de Cascavel vem conquistando espaço no cenário esportivo nacional, com resultados expressivos no handebol e no basquete em cadeira de rodas. Apesar dos títulos e da presença de atletas em competições internacionais, a modalidade ainda enfrenta desafios relacionados à visibilidade, ao patrocínio e ao acesso a equipamentos. O cenário foi apresentado por Altair Antonio Alves, diretor financeiro da Associação de Paratletas de Cascavel (APAC) e atleta de handebol e basquete, em entrevista ao programa Mais+, da Gazeta do Paraná.

Um dos destaques recentes foi a conquista invicta do Campeonato Brasileiro de Handebol em Cadeira de Rodas, realizado em junho. A equipe venceu todas as partidas e superou novamente o Kings Maringá, principal rival de Cascavel nas competições. Segundo Alves, o município soma três títulos nacionais na modalidade e ocupa a primeira posição no ranking brasileiro.

A preparação para o campeonato começa meses antes. Os treinamentos físicos são iniciados entre janeiro e fevereiro, seguidos pelo trabalho técnico e tático, com ensaios de jogadas e participação em competições preparatórias. A equipe também mantém presença no basquete em cadeira de rodas, modalidade em que ocupa a décima colocação no ranking nacional, entre mais de 150 clubes.

Do acidente às quadras

A relação de Altair com o esporte adaptado começou depois de um acidente que o deixou cadeirante. Antes, ele praticava futebol e precisou encontrar uma nova forma de manter a atividade física e a convivência esportiva durante o processo de reabilitação.

O primeiro contato com o handebol em cadeira de rodas ocorreu em Francisco Beltrão. Anos depois, ao se mudar para Cascavel, participou da mobilização que ajudou a estruturar a modalidade no município.

O que começou como uma maneira de sair de casa e cuidar da saúde acabou se transformando em uma trajetória de competições e conquistas. Para ele, o esporte contribuiu não apenas para a condição física, mas também para a adaptação à nova rotina e para a saúde mental. "Eu comecei que seria para a minha saúde e, quando vi, estava lá disputando nacional", relembrou.

FRASE

"O esporte vai ajudar a superar o que aconteceu contigo, vai ajudar o físico, vai ajudar a cabeça"

ALTAIR ALVES
Atleta

Modalidades

Cascavel oferece atividades esportivas adaptadas para pessoas com diferentes tipos de deficiência. Entre as modalidades citadas por Alves estão handebol e basquete em cadeira de rodas, vôlei sentado, goalball, tênis em cadeira de rodas, atletismo, bocha, xadrez e badminton.

Segundo o atleta, a parceria entre a APAC e o paradesporto municipal contempla 25 modalidades, das quais 11 são atendidas por meio de chamamento público. Atualmente, cerca de 70 pessoas são atendidas pela associação.

O primeiro contato é feito pelo paradesporto de Cascavel, que realiza o cadastro e a avaliação do interessado. A partir dessa etapa, os profissionais indicam as modalidades mais adequadas, e o participante pode escolher aquela com que mais se identifica. O atendimento inclui desde a iniciação esportiva, a partir dos 6 ou 7 anos, até a preparação para competições de rendimento.

Os interessados podem procurar o paradesporto no Complexo Esportivo Ciro Nardi. Os treinamentos das modalidades de rendimento ocorrem no ginásio adaptado Eduardo Luvizon, no mesmo complexo.

Equipamentos e visibilidade

Apesar dos resultados, a falta de visibilidade ainda é um obstáculo para o desenvolvimento do esporte adaptado. Alves afirma que conseguir patrocínio é mais difícil em comparação com modalidades de maior exposição, o que impacta diretamente a estrutura das equipes e a participação em competições.

O custo dos equipamentos também pesa no orçamento. Uma cadeira específica para a prática do handebol pode exigir investimento de aproximadamente R$ 5,5 mil a R$ 6 mil apenas no quadro, enquanto o conjunto de rodas pode custar outros R$ 7 mil. Além disso, o desgaste provocado pelos impactos durante os jogos exige manutenção e, em alguns casos, a substituição de cadeiras ao longo do ano.

A associação busca recursos por meio de projetos, parcerias com o poder público, patrocínios e apoio de entidades esportivas. Para Alves, o investimento no paradesporto também representa um retorno para a saúde e a qualidade de vida dos atletas.

Ele ressalta ainda que o preconceito e as barreiras de acessibilidade dificultam a participação de pessoas com deficiência na sociedade e no esporte. Por isso, considera importante ampliar a divulgação das modalidades e incentivar quem ainda não conhece as atividades a procurar o serviço.

Convite à participação

Além das competições, a equipe busca ampliar o número de participantes e encontrar pessoas que ainda não tiveram contato com o esporte adaptado. Alves observa que muitos moradores com deficiência desconhecem as possibilidades oferecidas pelo município ou deixam de procurar as atividades.

O atleta reforça que não é necessário ter como objetivo o alto rendimento para começar. A prática pode ser uma oportunidade de cuidar da saúde, conhecer outras pessoas e construir uma rede de convivência. "Àquelas pessoas que estão paradas em casa, que têm uma deficiência, procurem a gente. Venham conhecer, mesmo que não seja para o rendimento, mas pela saúde. O esporte vai trazer isso para as pessoas com deficiência", convidou.

A entrevista completa com Altair Alves está disponível no canal do Gcast, no YouTube, no episódio do programa Mais+ apresentado por Valéria Mendes.

Com origem nas tradições alimentares das civilizações mesoamericanas, os tacos ganharam diferentes versões regionais e se tornaram um dos pratos mais conhecidos da culinária mexicana



Fotos: Divulgação/Arquivo

Tacos mexicanos

Tradição e sabor em uma receita

Feitos à base de tortillas e recheios variados, os tacos combinam ingredientes, temperos e influências regionais em uma receita que carrega a história e a identidade gastronômica do México

Cascavel
JULIA MARASCHI

MAIS DO QUE UMA RECEITA, o taco representa uma tradição profundamente ligada à história e à alimentação do México. Sua base é a tortilla, geralmente feita de milho, ingrediente fundamental na cultura alimentar das civilizações mesoamericanas.

Não existe uma data exata para o surgimento dos tacos. Há referências ao uso de tortillas ainda no período pré-hispânico, quando elas serviam para acompanhar outros alimentos e também funcionavam como utensílios comestíveis. Com o passar do tempo, a combinação de tortillas com diferentes recheios se consolidou como uma das formas mais populares de alimentação no país.

A variedade é uma das principais características desse prato. Cada região mexicana desenvolveu preparações próprias, com recheios de carne bovina, suína, frango, peixe e vegetais, além de diferentes molhos e acompanhamentos. Entre as versões conhecidas estão os tacos al pastor, de barbacoa e de guisado.

A receita de carne moída é uma alternativa prática para preparar em casa. Com temperos como cominho, páprica, pimenta e orégano, o recheio ganha sabor e combina com a textura das tortillas e a leveza dos vegetais frescos.

RECEITA



Tacos mexicanos

Rendimento: 8 a 12 unidades
Tempo de preparo: 15 a 20 minutos

Ingredientes

Para a carne:
5700 g de acém, paleta ou músculo bovino
1 cebola grande picada
3 dentes de alho picados
2 colheres de sopa de extrato de tomate
1 tomate picado
1 colher de sopa de óleo ou azeite
500 ml de água ou caldo de carne (aproximadamente)
Sal e pimenta-do-reino a gosto

Para o tempero mexicano:
1 colher de chá de pimenta chili em pó
2 colheres de chá de cominho em pó
2 colheres de chá de páprica
1 colher de chá de alho em pó
1 colher de chá de cebola em pó
1 colher de chá de orégano seco
¼ de colher de chá de pimenta-caiena (opcional)

Para montar:
8 a 12 tortillas de milho ou de farinha de trigo
Alface-americana fatiada
2 tomates picados
150 g de queijo cheddar ou muçarela ralado
Creme de leite ou sour cream a gosto
Salsa ou pico de gallo a gosto
Coentro fresco a gosto
Limão em gomos

Modo de preparo

Em uma tigela pequena, misture o cominho, a páprica, a pimenta chili, o alho em pó, a cebola em pó, o orégano e a pimenta-caiena. Reserve.
Corte a carne em pedaços grandes e tempere com sal e pimenta-do-reino.
Aqueça o óleo em uma panela de pressão e doure a carne de todos os lados. Acrescente a cebola e o alho e refogue por alguns minutos.
Adicione o tomate, o extrato de tomate e a mistura de temperos. Mexa para envolver bem a carne.
Coloque a água ou o caldo, tampe a panela e cozinhe por aproximadamente 40 a 50 minutos após pegar pressão, ou até a carne ficar bem macia. O tempo pode variar conforme o corte.
Desligue o fogo, espere a pressão sair completamente e retire a carne. Desfie com dois garfos, descartando eventuais partes de gordura ou nervos.
Volte a carne desfiada para a panela e misture ao molho do cozimento. Se necessário, leve ao fogo baixo por alguns minutos para reduzir o líquido e concentrar os sabores.
Aqueça as tortillas em uma frigideira seca por cerca de 10 a 15 segundos de cada lado, até ficarem macias e maleáveis.
Distribua a carne nas tortillas e finalize com alface, tomate, queijo, creme de leite, salsa e coentro.
Sirva com gomos de limão para espremer sobre o recheio.

Ideias para acompanhamento:

Guacamole; nachos com salsa; feijão mexicano; milho grelhado; pico de gallo; salada fresca com limão.

Mais+

WWW.GAZETADOPARANA.COM.BR

GazetadoParaná

UM JORNAL
QUE TEM CULTURA

Leis | Julgamentos | Sentenças | Opiniões

Gazetajus

Justiça Digital Instabilidade global em plataformas da Microsoft afetou a comunicação de tribunais brasileiros, comprometeu atendimentos virtuais e motivou a suspensão nacional de prazos processuais

Pane da Microsoft suspende prazos judiciais nos tribunais no Brasil



Reprodução/Wikimedia Commons

Decisão assinada por Edson Fachin após pedido da OAB protege advogados e partes diante de falhas de autenticação; episódio expõe dependência tecnológica e reforça a necessidade de planos de contingênc

REDAÇÃO
Cascavel

● Uma falha mundial nos serviços da Microsoft levou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a suspender a contagem dos prazos processuais em todo o território brasileiro nos dias 12 e 13 de novembro. A decisão, assinada pelo ministro Edson Fachin, presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu a uma solicitação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A medida foi adotada depois que ferramentas de comunicação utilizadas por tribunais, servidores, magistrados e profissionais da advocacia apresentaram instabilidade, dificultando atividades que fazem parte da rotina da Justiça digital.

O problema começou na quinta-feira (12) e alcançou serviços do Microsoft 365, entre eles Outlook, Teams, Exchange Online e SharePoint. Em diferentes órgãos judiciais, o funcionamento dos sistemas de tramitação eletrônica não foi necessariamente interrompido. Ainda assim, a indisponibilidade de e-mails, videoconferências e mecanismos de autenticação criou obstáculos para o cumprimento de atos processuais. A suspensão dos prazos foi formalizada na sexta-feira (13), por meio da Portaria nº 551/2026, com retomada prevista para segunda-feira (16).

O episódio demonstrou que o acesso à Justiça não depende apenas da disponibilidade das plataformas nas quais os processos tramitam. A comunicação entre advogados e cartórios, o recebimento de códigos de segurança, a realização de audiências virtuais e o atendimento remoto integram uma cadeia de serviços interligados. Quando uma dessas etapas falha, o usuário pode ficar impedido de concluir um procedimento, mesmo que o portal do tribunal continue no ar. Foi justamente esse efeito indireto que motivou a intervenção nacional do CNJ.

Falhas de acesso

Entre os problemas relatados pela advocacia estavam dificuldades para receber, por correio eletrônico, códigos necessários à autenticação em sistemas de peticionamento. Esse procedimento é uma das camadas de segurança utilizadas para confirmar a identidade de quem acessa determinados serviços digitais. Sem o recebimento da mensagem, o profissional pode não conseguir finalizar o login e protocolar uma petição dentro do prazo. A falha, portanto, não se restringiu ao desconforto causado por uma caixa de entrada indisponível: em algumas situações, afetou a possibilidade de prática de exercer um direito processual.

A OAB sustentou que a continuidade da contagem dos prazos durante a pane poderia prejudicar o exercício profissional e comprometer garantias como o contraditório e a ampla defesa. A entidade destacou que sistemas como Processo Judicial Eletrônico (PJe), eproc e Projudi podem permanecer operacionais sem que todas as condições necessárias ao trabalho dos usuários estejam asseguradas. Despachos virtuais, agendamento de audiências e contatos com unidades judiciárias frequentemente dependem de aplicativos externos ao ambiente de tramitação processual.

O pedido apresentado pela entidade buscou evitar que advogados e partes fossem penalizados por um problema tecnológico alheio à sua atuação. A questão ganha importância porque o cumprimento de um prazo processual pode determinar a admissibilidade de um recurso, a apresentação de uma defesa ou a prática de outro ato relevante. A indisponibilidade de uma ferramenta auxiliar, quando comprovadamente impede o acesso ou a comunicação, exige resposta institucional capaz de preservar a segurança jurídica e a igualdade de condições entre os envolvidos.

Decisão nacional

Na Portaria nº 551, o CNJ reconheceu expressamente a instabilidade dos serviços da Microsoft e a repercussão sobre ferramentas de comunicação e trabalho utilizadas pelos órgãos do Poder Judiciário. O artigo 1º suspendeu a contagem dos prazos em 12 e 13 de novembro de 2026, em todo o território nacional. O artigo 2º estabeleceu que os prazos voltariam a fluir em 16 de novembro. O documento foi publicado no Diário da Justiça eletrônico do CNJ de 13 de novembro e entrou em vigor na data de sua publicação.

A portaria também tratou de situações que não estejam diretamente abrangidas pela suspensão geral. De acordo com seu parágrafo único, ocorrências comprovadamente prejudicadas pela instabilidade poderão ser apreciadas pelos respectivos juízos ou relatores, conforme a legislação processual. Isso significa que a análise de problemas específicos continua dependendo das circunstâncias de cada caso. A norma não dispensa a demonstração do prejuízo quando se tratar de situação fora do alcance da suspensão expressamente determinada.

No Supremo Tribunal Federal, a Resolução nº 923/2026 também estabeleceu a suspensão dos prazos dos processos em tramitação na Corte. A providência acompanhou a preocupação manifestada pela advocacia com o funcionamento de serviços essenciais à prática de atos processuais. A existência de atos próprios do STF e de uma portaria nacional do CNJ evidencia a dimensão institucional da resposta, construída para reduzir o risco de prejuízos decorrentes de uma falha que não se originou nos sistemas judiciais brasileiros.

Tribunais atingidos

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) registrou dificuldades no recebimento de mensagens institucionais. Durante a instabilidade, a assessoria de imprensa orientou jornalistas a encaminhar solicitações pelo WhatsApp, como alternativa temporária. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também relatou problemas com ferramentas da Microsoft e adotou provisoriamente o aplicativo de mensagens para atendimento à imprensa. As medidas ilustram como a interrupção afetou tarefas administrativas e de comunicação, mesmo quando não havia notícia de paralisação completa das plataformas judiciais.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina confirmou a indisponibilidade de seu correio eletrônico institucional. Em São Paulo, o Tribunal de Justiça anunciou a suspensão de prazos e a redesignação de audiências virtuais eventualmente prejudicadas pela falha no Teams. O tribunal paulista informou, por outro lado, que os sistemas eproc e SAJ permaneceram em funcionamento. A distinção é importante: a pane não deve ser descrita como uma queda simultânea de todos os processos eletrônicos, mas como uma interrupção de serviços indispensáveis a diferentes atividades do Judiciário.

No STF, os sistemas eletrônicos de julgamento, inclusive o Plenário Virtual, permaneceram operacionais. A instabilidade atingiu principalmente ferramentas de e-mail e comunicação. A situação mostra que a continuidade de uma plataforma central não basta para garantir o funcionamento integral de um serviço público digital. É necessário considerar os componentes que permitem a usuários, servidores e magistrados acessar, organizar, comunicar e executar os atos associados ao processo.

O que disse a empresa

A Microsoft reconheceu problemas de conectividade em serviços corporativos e informou que trabalhava para recuperar as operações. Segundo as informações divulgadas durante o incidente, a indisponibilidade inesperada de servidores provocou sobrecarga em parte da infraestrutura tecnológica. A companhia afirmou não ter conhecimento de atividade maliciosa relacionada à ocorrência. A explicação inicial, portanto, não apontava para um ataque cibernético, mas para uma falha de infraestrutura com repercussões sobre serviços amplamente utilizados.

Os efeitos foram registrados fora do Brasil, atingindo organizações públicas e privadas em diferentes países. A utilização das mesmas plataformas por instituições de setores variados amplia o alcance de incidentes desse tipo. Uma dificuldade de conectividade pode afetar simultaneamente reuniões, mensagens, arquivos compartilhados e procedimentos de autenticação. Durante a sexta-feira, a empresa informou avanços no restabelecimento dos serviços, embora ainda houvesse relatos de instabilidade.

Dependência digital

A interrupção trouxe à tona uma discussão que vai além dos dois dias de prazos suspensos: a dependência do Judiciário de soluções tecnológicas contratadas de grandes fornecedores privados. A digitalização ampliou o acesso remoto aos processos, reduziu deslocamentos e permitiu a prática de atos em diferentes localidades. Ao mesmo tempo, tornou o funcionamento de instituições públicas mais sensível à disponibilidade de serviços externos, muitas vezes compartilhados com empresas e organizações de todo o mundo.

Para quem depende da Justiça, o impacto de uma pane não se mede apenas pelo tempo em que um aplicativo permanece fora do ar. Uma audiência remarcada, uma tentativa frustrada de peticionamento ou a impossibilidade de contato com um cartório podem afetar a organização do trabalho e o andamento de demandas. A retomada dos prazos em 16 de novembro encerra a suspensão geral determinada pelo CNJ, mas deixa uma questão para a gestão dos tribunais: como assegurar que a Justiça digital continue acessível quando falham ferramentas que se tornaram parte de sua infraestrutura cotidiana?

DATAS

12 e 13

dias de prazos processuais suspensos em todo o Brasil, em 12 e 13 de novembro, conforme a Portaria nº 551/2026 do CNJ